

**PLANO MUNICIPAL DE DEFESA
DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

Caderno II Plano de Ação 2021-2030

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
JANEIRO 2021**



COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS



FREGUESIAS

ABRANTES E ALFERRAREDE

ALDEIA DO MATO E SOUTO

ALVEGA E CONCAVADA

BEMPOSTA

CARVALHAL

FONTES

MARTINCHEL

MOURISCAS

PEGO

RIO DE MOINHOS

SÃO FACUNDO E VALE DAS

MÓS

SÃO MIGUEL DO RIO TORTO

E ROSSIO AO SUL DO TEJO

TRAMAGAL

Índice

1. Enquadramento no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra os Incêndios Florestais	6
2. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais	8
2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal	12
2.2.2. Risco de Incêndio Florestal	15
3. Objetivos e Metas Municipais da DFCI.....	19
4. Eixos Estratégicos	21
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	22
4.1.1.1. Rede de Faixas de gestão de combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	22
4.1.1.2. Rede Viária Florestal.....	25
4.1.1.3. Rede de Pontos de Água.....	27
4.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI	29
4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º eixo.....	29
4.1.2.1. Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água	29
4.1.2.2. Condicionalismos à Edificação.....	41
4.1.2.3. Rede Viária florestal	41
4.1.2.4. Rede de Pontos de Água.....	42
4.1.2.5 Metas e indicadores	47
4.1.2.6 Orçamento e responsáveis.....	48
4.2.1. Avaliação.....	51
4.2.1.1. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos que lhe estão na origem	51
4.2.1.2. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área da DFCI.....	53
4.2.2. Planeamento das Ações referentes ao 2º Eixo	54
4.2.2.1. Sensibilização.....	54

4.2.2.2. Fiscalização	58
4.2.2.3. Metas e indicadores	60
4.3.1. Avaliação.....	61
4.3.1.1. Vigilância e deteção.....	61
4.3.1.2 1ª intervenção	64
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós incêndio	67
4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3º eixo.....	69
4.3.2.1. Metas e indicadores	69
4.3.2.2. Orçamento e responsáveis.....	70
4.4.1. Avaliação.....	71
4.4.1.1. Estabilização de Emergência	71
4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats.....	73
4.4.2. Planeamento das Ações Referentes ao 4º eixo.....	75
4.4.2.1. Estabilização de Emergência	75
4.4.2.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	75
4.5.1. Avaliação.....	76
4.5.1.1. Formação	76
4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5º eixo.....	77
4.5.2.1. Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	77
4.5.2.2. Formação	78
4.5.2.3. Atividade da CMDF	78
4.5.2.4. Aprovação do Plano Operacional Municipal	79
5. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI	80
6. Lista de Distribuição	81

Figuras

Figura 1 - Modelo de combustíveis florestais	10
Figura 2 – Componentes do Modelo de Risco.....	12
Figura 3 - Perigosidade de incêndio florestal	14
Figura 4 - Risco de incêndio florestal.....	16

Figura 5 - Prioridades de defesa	18
Figura 6 - Rede de FGC.....	24
Figura 7 - Rede viária florestal.....	26
Figura 8 – Rede de pontos de água	28
Figura 9 – Intervenção Preconizada - ano 2021	30
Figura 10 – Intervenção Preconizada - ano 2022	31
Figura 11 – Intervenção Preconizada - ano 2023	32
Figura 12 – Intervenção Preconizada - ano 2024	33
Figura 13 – Intervenção Preconizada - ano 2025	34
Figura 14 – Intervenção Preconizada - ano 2026	35
Figura 15 – Intervenção Preconizada - ano 2027	36
Figura 16 – Intervenção Preconizada - ano 2028	37
Figura 17 – Intervenção Preconizada - ano 2029	38
Figura 18 – Intervenção Preconizada - ano 2030	39
Figura 19 – Imagens das Campanhas de Sensibilização	56
Figura 20 – Cartazes e ações de Sensibilização	57
Figura 21 – Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização	59
Figura 22 – Vigilância e deteção	63
Figura 23 – 1ª Intervenção	66
Figura 24 – Mapa de Estabilização de Emergência – 2015, 2016 e 2017.....	72
Figura 25 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	74

Tabelas

Tabela 1 - Equivalência entre os modelos de combustível para Portugal e os modelos de combustível NFFL do concelho de Abrantes	8
Tabela 2 - Objetivos e Metas a alcançar até 2030.....	19
Tabela 3 - Faixas e mosaicos de gestão de combustível existentes no período (2021-2030)	40
Tabela 4 - Rede viária florestal total para o período (2021-2030)	42
Tabela 5 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2021-2030)	42

Tabela 6 - Intervenção na rede de pontos de água para o período (2021-2030)	42
Tabela 7 - Metas e indicadores das faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.....	47
Tabela 8 - Metas e indicadores da rede viária.....	47
Tabela 9 - Metas e indicadores dos pontos de água	48
Tabela 10 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das FGC.....	48
Tabela 11 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária.....	49
Tabela 12 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água.....	49
Tabela 13 - Estimativa total de orçamento - 1º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2021-2030).....	49
Tabela 14 - Comportamentos de risco – diagnóstico 2020.....	51
Tabela 15 - Inventariação de autos e processos instruídos	54
Tabela 16 - Proposta das ações de sensibilização	54
Tabela 17 - Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas	60
Tabela 18 - Orçamentação das ações de sensibilização previstas	60
Tabela 19 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo (2015-2020).....	62
Tabela 20 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo (2015-2020).....	64
Tabela 21 - Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas	69
Tabela 22 - Necessidades de formação	77
Tabela 23- Entidades Responsáveis pelas Ações.....	77
Tabela 24 - Programa de formação para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFCI (2021-2030).....	78
Tabela 25 - Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta	79
Tabela 26 - Estimativa de orçamento do PMDFCI (2021-2030)	80

Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição da área (%) por modelos de combustível	11
Gráfico 2 – Distribuição da área (%) por grau de perigosidade	13
Gráfico 3 – Distribuição da área (%) por grau de risco.....	15
Gráfico 4 – Causas dos incêndios (2010-2020).....	52
Gráfico 5 – Tempos de chegada das equipas de 1.ª Intervenção nas diferentes fases ...	65
Gráfico 6 – Número de reacendimentos (2010-2020)	68

1. Enquadramento no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra os Incêndios Florestais

1.1. Enquadramento Legal

Os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de âmbito municipal ou intermunicipal contêm as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, incluem a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os PMDFCI são elaborados pelas câmaras municipais, sujeitos a parecer prévio da respetiva CMDF e parecer vinculativo do ICNF, I. P., e aprovados pela assembleia municipal, respeitando os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes.

Este Plano contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, que dão cumprimento ao Decreto – Lei nº 124/2006 de 28 de Junho de 2006, na sua atual redação.

O PMDFCI tem uma vigência de 10 anos (2021- 2030) e a sua coordenação e gestão cabem ao presidente da Câmara Municipal.

Este Plano foi elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Abrantes.

1.2. Instrumentos de Gestão Territorial

As linhas de atuação do PMDFCI estão de acordo com as características do território e com as funções predominantes dos espaços florestais. O PMDFCI está enquadrado e respeita os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes, em particular:

- Plano Nacional DFCI (RCM n.º 65/2006, de 26 Maio)
- Estratégia Nacional para as Florestas
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
- Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

- Plano Regional de Ordenamento Florestal – PROF Lisboa e Vale do Tejo
- Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI)
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode
- Orientações estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas

2. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais

2.1. Modelos de Combustíveis Florestais

A caracterização das formações vegetais que constituem um potencial combustível florestal consiste numa tarefa essencial no processo de avaliação quantitativa do comportamento do fogo. A caracterização do comportamento do fogo associado a condições ambientais específicas assume particular importância no processo de tomada de decisão em sistemas de gestão do fogo.

A cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo NORTHERN FOREST LABORATORY (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionada uma orientação da aplicabilidade do território continental desenvolvida por Fernandes, P.M. na classificação dos modelos de combustível para Portugal.

A Tabela 1 apresenta a descrição dos modelos presentes no concelho.

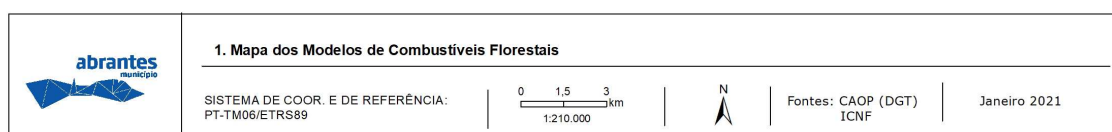
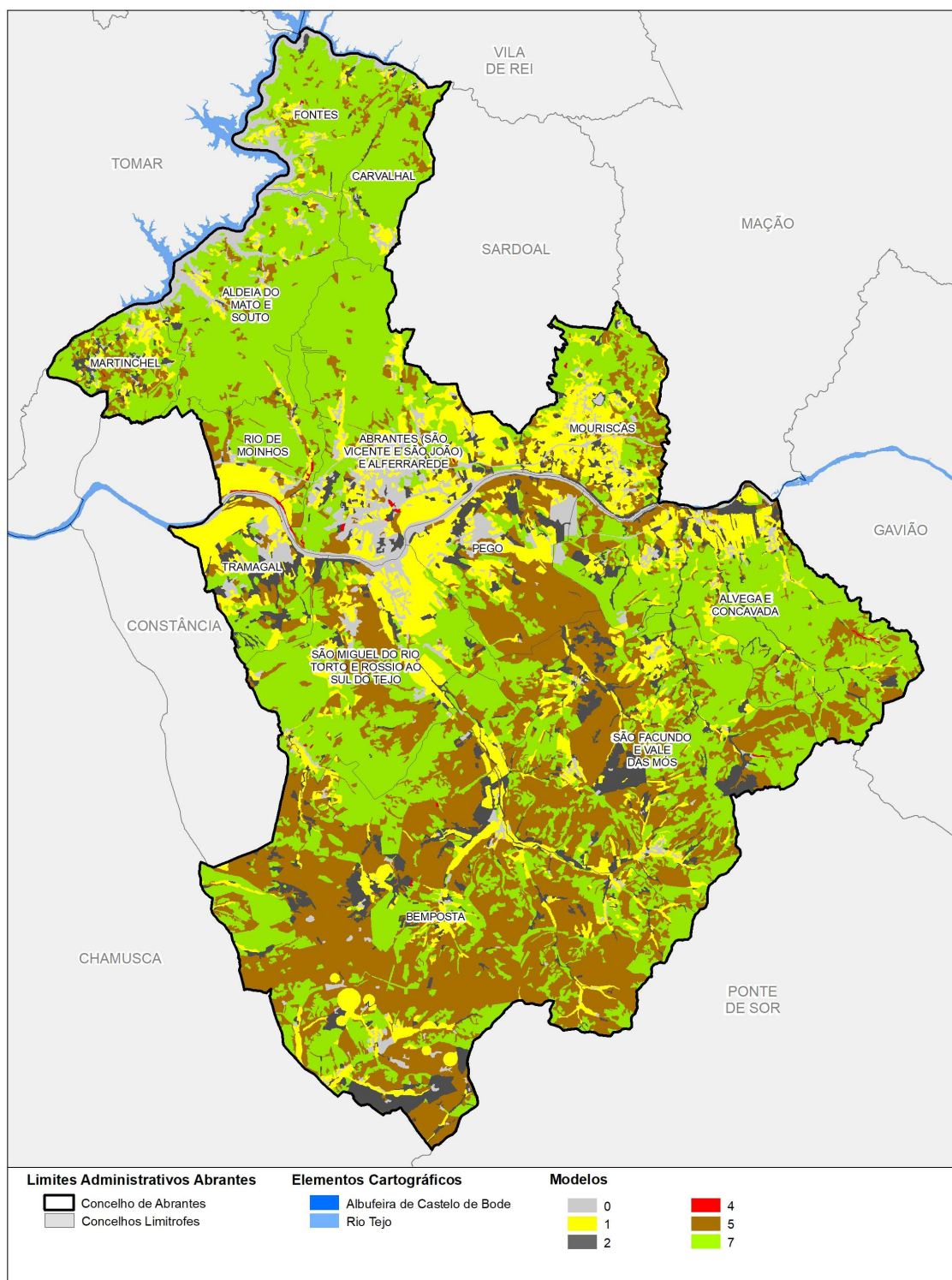
Tabela 1 - Equivalência entre os modelos de combustível para Portugal e os modelos de combustível NFFL do concelho de Abrantes

GRUPO	MODELO	Modelo NFFL	Nº Farsite	Descrição do complexo combustível	Aplicação
Folhada e vegetação (M)	M-EUC	7	223	Folhada de eucalipto com sub-bosque arbustivo. Carga de combustível fino: 9-18 (t/ha).	Eucaliptal.
Vegetação (V)	V-Ha	2	231	Erva alta (> 0,5 m). Carga de combustível fino: 2-4 (t/ha).	Arrelvados, prados, pastagens, pousios recentes. Cereais. Juncais. Montados.
	V-Hb	1	232	Erva baixa (< 0,5 m). Carga de combustível fino: 1-1 (t/ha).	Arrelvados, prados, pastagens, pousios recentes. Restolhos. Montados.
	V-MAa	4	233	Mato alto (> 1 m) com bastante combustível morto e/ou fino. Carga de combustível fino: 12-27 (t/ha).	Matos de urze, tojo ou carqueja, ou giestal velho. Povoamentos abertos ou jovens, independentemente da espécie, com estrato arbustivo constituído por aquelas

					espécies. Regeneração natural densa de pinhal.
	V-MMb	5	237	Mato baixo (< 1 m), com pouco combustível morto e/ou com folhagem relativamente grosseira. Carga de combustível fino: 4-8 (t/ha).	Matos de giesta, piorno. Matos de esteva, carrasco, zambujeiro, medronheiro, lentiscos e outras espécies mediterrânicas. Silvados. Povoamentos abertos ou jovens, independentemente da espécie, com estrato arbustivo constituído por aquelas espécies.

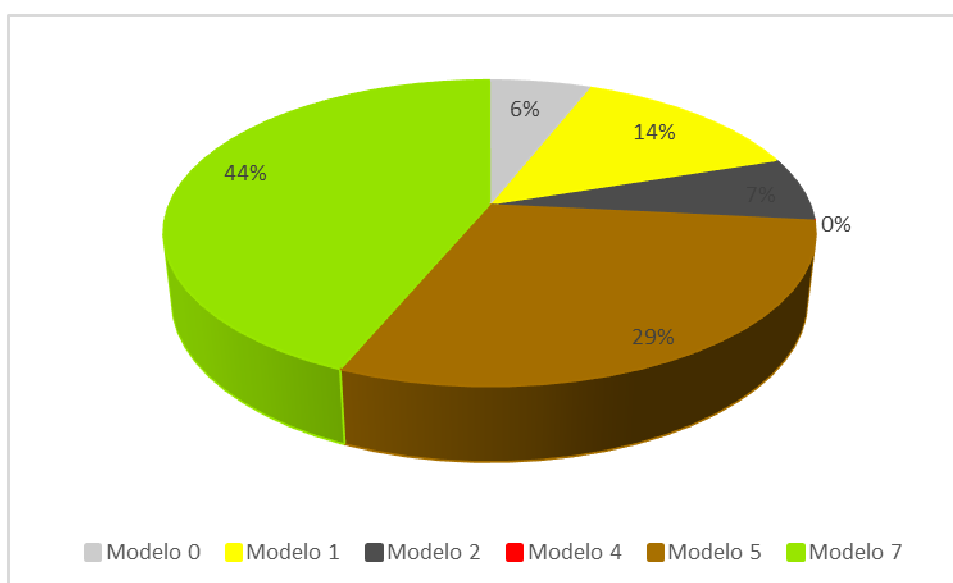
FONTE: ICNF

Figura 1 - Modelo de combustíveis florestais



Pela análise da Figura 1 verifica-se que o modelo M-EUC, referente ao grupo Folhada de eucalipto com sub-bosque arbustivo, é o mais representativo do concelho, ocupando 31.226,3 ha (44%) da área total de combustíveis florestais (67.200,8 ha). O modelo M-EUC - apresenta elevada velocidade de propagação. O gráfico 1 permite ter uma perceção da importância de cada modelo em toda a extensão do território de Abrantes.

Gráfico 1 – Distribuição da área (%) por modelos de combustível

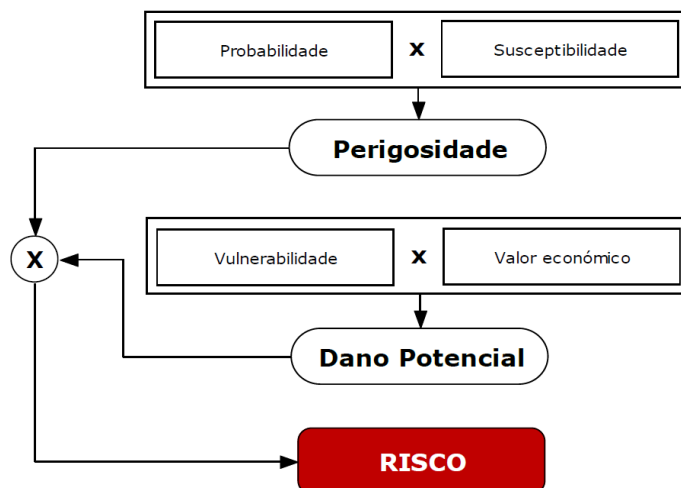


2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

Os prejuízos elevados que podem resultar da destruição de vastas áreas de povoamentos florestais e eventualmente de património edificado, justificam a necessidade de se avaliar a perigosidade de incêndio florestal.

O modelo seguido para o cálculo da cartografia de risco (figura 2) é o indicado no Guia Técnico para a elaboração do PMDFCI, publicado em abril de 2012. É impreterível respeitar o modelo de risco, do qual resultam dois mapas diferentes que devem ser apresentados: mapa de perigosidade e mapa de risco. O mapa de risco de incêndio, assim como o mapa de perigosidade de incêndio, poderão ser usados como suporte à decisão, orientando assim ações de prevenção e combate, bem como ajudar na criação de métodos e táticas para salvaguardar áreas em risco cujo potencial de perda (económico e não só) é superior.

Figura 2 – Componentes do Modelo de Risco



2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal

A Perigosidade de incêndio do concelho de Abrantes foi calculada através da multiplicação da suscetibilidade pela probabilidade, tendo sido este ficheiro não reclassificado o utilizado posteriormente no cálculo do risco. O cálculo foi efetuado através da seguinte fórmula:

PERIGOSIDADE = Probabilidade x Suscetibilidade

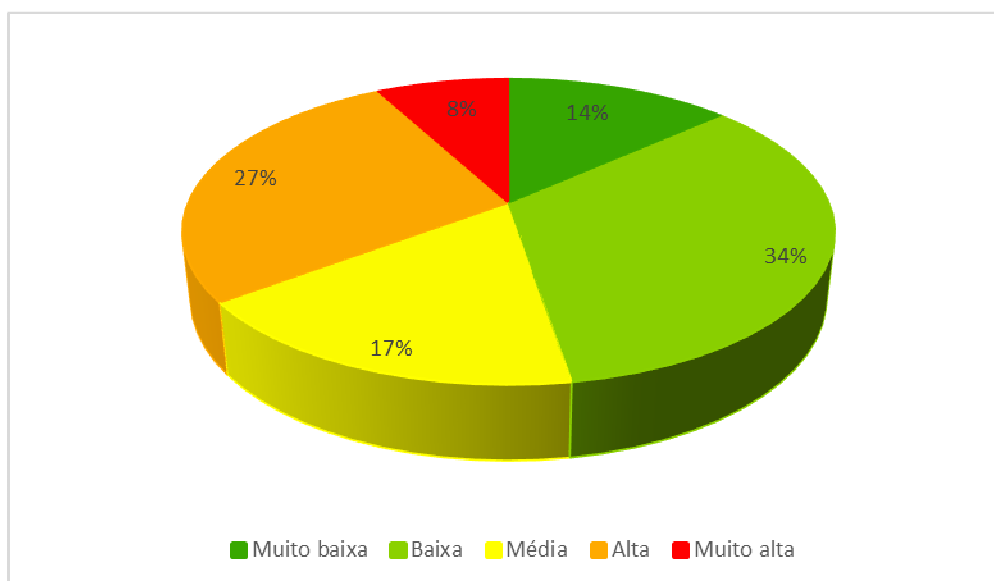
(A Probabilidade traduz a possibilidade de ocorrência anual de um incendio num determinado local e o seu cálculo baseia-se no histórico de incêndios em cada pixel do território. Para a determinação da cartografia de suscetibilidade do território aos incêndios utilizou-se a informação de acordo com o definido pelo ICNF no seu Guia Metodológico:

- Declives, que derivaram do MDT criado a partir do Modelo Numérico Topográfico
- Ocupação do solo (COS), do IGP, datado do ano 2018. Nesta expressão matemática não foram contabilizadas as áreas artificializadas e as superfícies com água tendo sido retiradas do ficheiro para não integrarem o cálculo)

Daqui resultou o mapa final de Perigosidade de incêndio florestal do concelho de Abrantes (mapa 3).

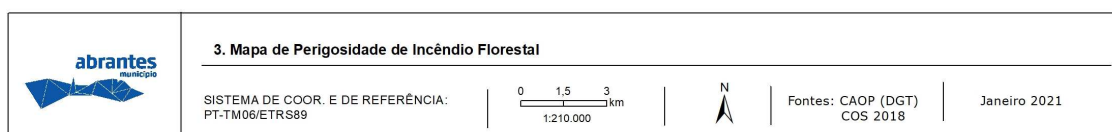
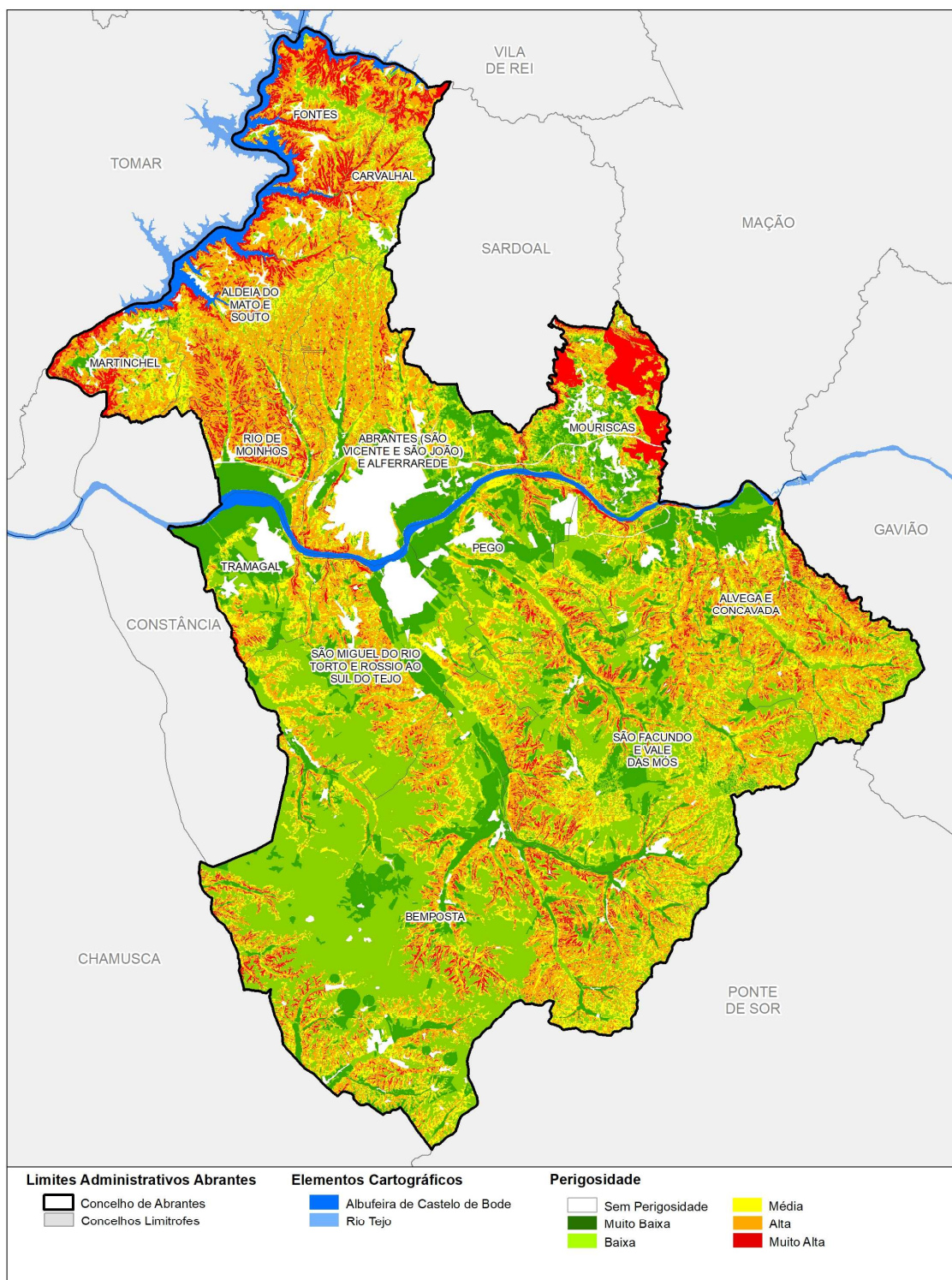
A perigosidade do concelho de Abrantes atinge valores preocupantes pois as classes alta e muito alta são as mais representativas, sobretudo nas freguesias a norte do Tejo, evidenciando assim um elevado potencial para a ignição e ocorrência de incêndios florestais.

Gráfico 2 – Distribuição da área (%) por grau de perigosidade



O gráfico 2 representa a distribuição em percentagem que cada classe de perigosidade ocupa no território. Quase metade do concelho de Abrantes (48%) apresenta perigosidade muito baixa e baixa, principalmente as áreas a sul, mais planas. Cerca de 35% do território apresenta perigosidade muito alta e alta, correspondendo a manchas florestais e declives mais acentuados.

Figura 3 - Perigosidade de incêndio florestal



2.2.2. Risco de Incêndio Florestal

O Risco de incêndio do concelho de Abrantes foi calculado através da multiplicação dos mapas intermédios da Perigosidade não reclassificada pelo Dano Potencial, indicando as áreas onde a possibilidade de perda e o seu valor é mais elevado, ou seja as áreas que devem ser alvo de uma vigilância mais apertada. O cálculo foi efetuado através da seguinte fórmula:

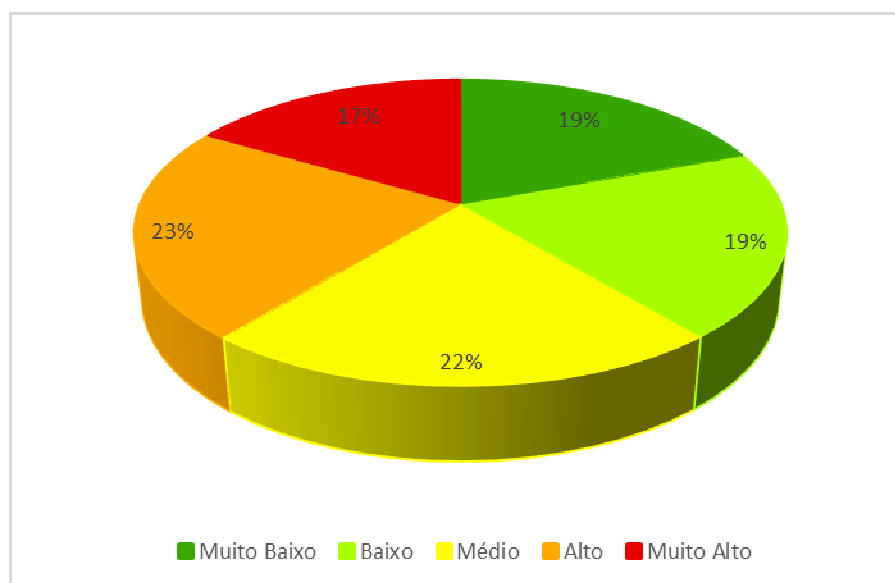
$$\text{RISCO} = \text{Perigosidade} \times \text{Dano Potencial}$$

Para previamente obter o ficheiro correspondente ao DANO POTENCIAL fez-se a multiplicação simples entre os dois ficheiros da vulnerabilidade e o valor económico do solo (DANO POTENCIAL = Vulnerabilidade x Valor Económico - a atribuição destes teve por base a informação de acordo com o definido pelo ICNF no seu Guia Metodológico)

Apesar de não terem sido consideradas no cálculo da perigosidade, as áreas artificializadas, foram agora consideradas para o cálculo do risco dado terem um valor associado.

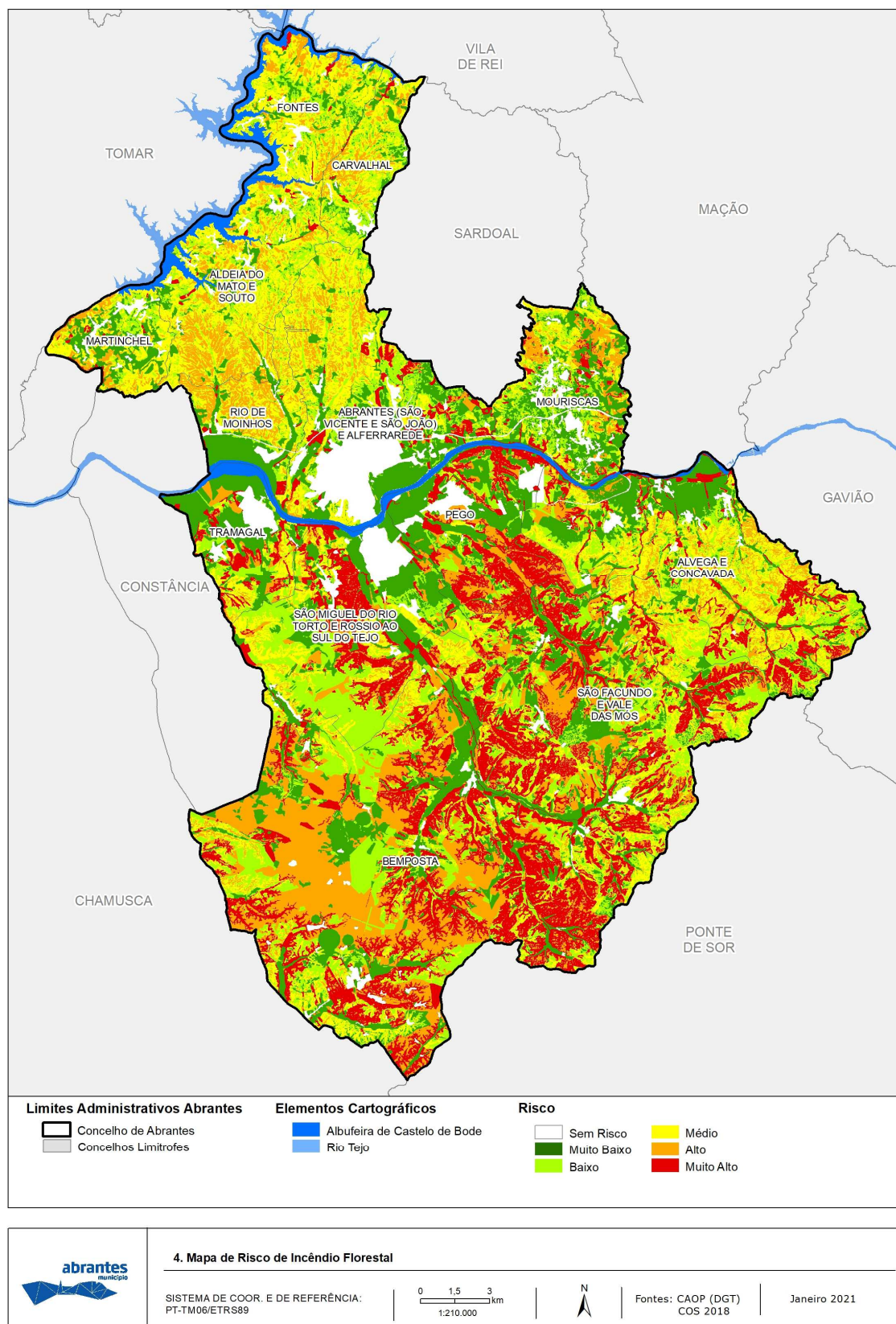
O Mapa de Risco traduz a probabilidade de que um incêndio florestal ocorra num local específico, sob determinadas circunstâncias, sendo as suas consequências, caracterizadas pelos impactes nos objetos afetados, passíveis de poderem ser previamente estimadas.

Gráfico 3 – Distribuição da área (%) por grau de risco



A partir do gráfico 3 verifica-se que existe uma distribuição equilibrada das diferentes classes de risco, predominando em grande parte da área concelhia a classe de risco alto (23%).

Figura 4 - Risco de incêndio florestal

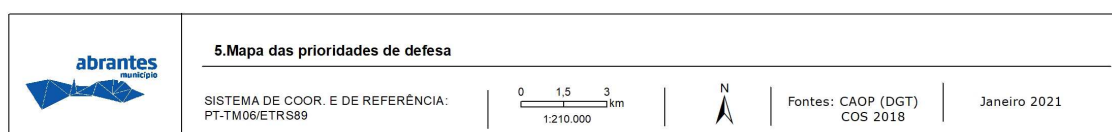
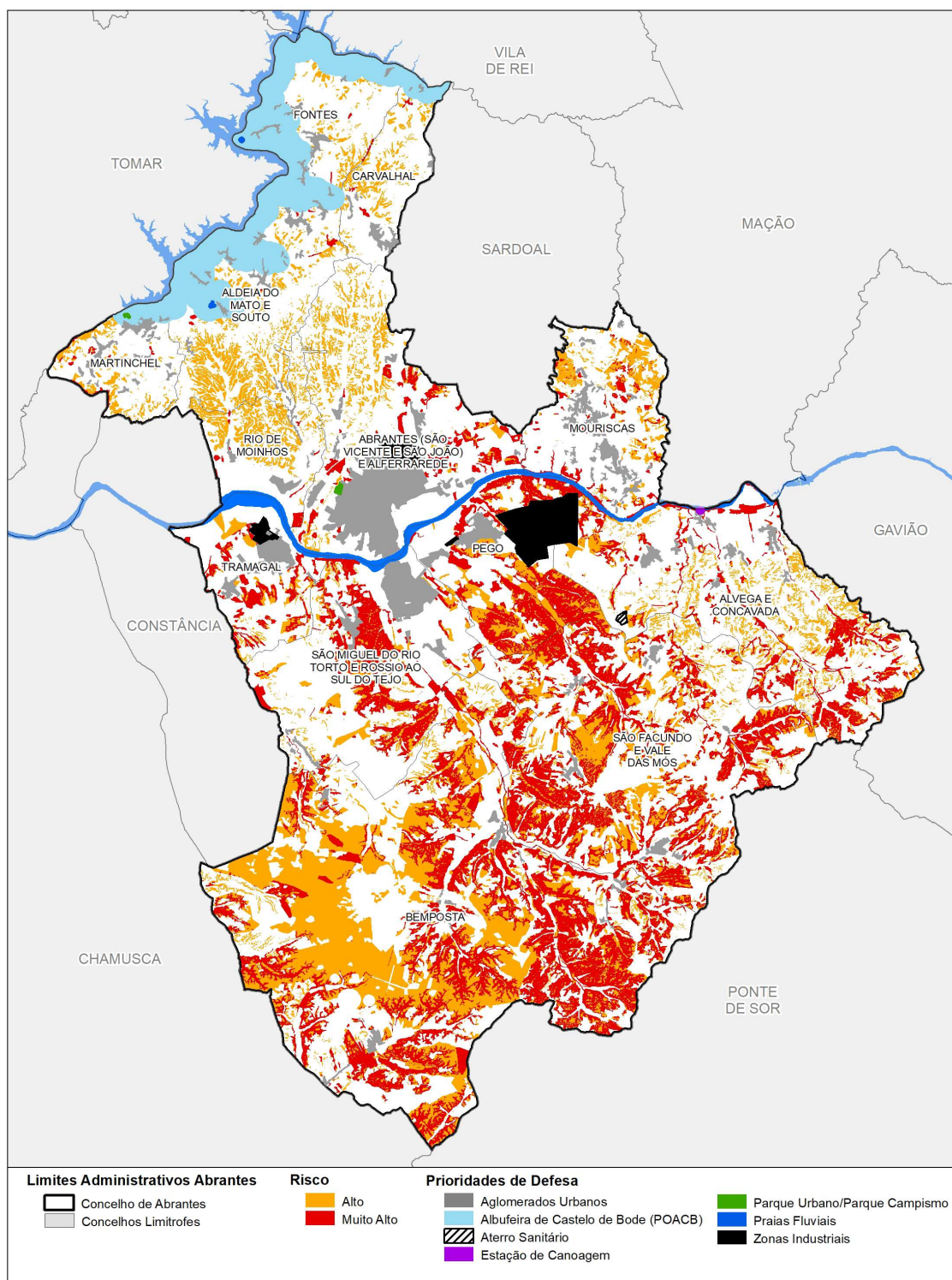


2.3. Prioridades de Defesa

Na figura seguinte identificam-se os principais locais com prioridade de defesa:

- Espaços florestais de recreio: Parque Náutico de Aldeia do Mato, Praia Fluvial das Fontes; Estação de Canoagem, Parque Urbano de S. Lourenço, Parque de Campismo de Castelo de Bode;
- Aterro sanitário;
- Áreas protegidas da Albufeira de Castelo de Bode;
- Todos os aglomerados urbanos;
- Zonas Industriais: Abrantes, Pego, Tramagal e Aterro Sanitário

Figura 5 - Prioridades de defesa



3. Objetivos e Metas Municipais da DFCI

3.1. Identificação da Tipologia do Concelho

Segundo a metodologia de tipificação da proposta técnica para o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), os municípios do território de Portugal Continental foram divididos em quatro tipos, com base no número de ocorrências e nos hectares de área ardida, em povoamentos e matos.

A tipologia por concelhos divide-se em, quatro categorias:

Poucas ocorrências:

T1 - Pouca área ardida

T2 - Muita área ardida

Muitas ocorrências:

T3 - Pouca área ardida

T4 - Muita área ardida

Assim, o concelho de Abrantes enquadra-se na Tipologia T1, que corresponde a uma realidade histórica de poucas ocorrências e pouca área ardida.

3.2. Objetivos e Metas Municipais de DFCI

De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, o PMDFCI deverá conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. A tabela 2, refere os principais objetivos do Plano para os próximos 10 anos são:

Tabela 2 - Objetivos e Metas a alcançar até 2030

Objectivos Estratégicos	Objectivos específicos	Metas	
		1.º Quinquénio	2.º Quinquénio
Implementação das FGC	Monitorização FGC Aglomerados e Edifícios Isolados	50%	80%
	Manutenção das FGC da rede secundária	60%	90%
	Monitorização da Rede Primária das FGC	50%	80%
Sensibilização da População	Campanha de sensibilização municipal	Todos os anos	
	Manutenção dos programas de sensibilização em todas as escolas do ensino básico	80% das escolas	95% das escolas
Prevenção Florestal	Redução da área Ardida	Área ardida anual < 200ha	
	N.º de Equipas	Manutenção do n.º de equipas	
	Diminuição do n.º de ocorrências	< 60 ocorrências/ano	< 50 ocorrências/ano
	Tempo para a 1.ª intervenção	<10 min em 95% das ocorrências nos sectores	
	Redução do n.º de grandes incêndios (>100ha)	Garantir que 95% das ignições não evoluem para grandes incêndios	
	Reduzir o n.º de reacendimentos	Nº reacendimentos <2	Nº reacendimentos = 0
Recuperar e reabilitar ecossistemas	Recuperação de áreas ardidas aquando da ocorrência de grandes incêndios (> 500 ha)	Garantir a aplicação de um programa específico aquando da ocorrência de áreas ardidas > 500ha	
Melhoria da articulação entre as diferentes entidades	Avaliar anualmente o cumprimento dos objetivos e ações preconizadas no plano	Cada entidade deve disponibilizar a informação relativamente ao ano anterior, até ao final de março, para se efectar a monitorização do PMDFCI	

Apesar do disposto na tabela 2 reforça-se os objetivos e metas com os seguintes parâmetros:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, promovendo a gestão florestal e intervindo em áreas estratégicas;
- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações;
- Diminuição progressiva do número de ocorrências;
- Melhorar a capacidade de dissuasão e fiscalização, reforçando a vigilância;
- Implementar uma eficaz rede de infraestruturas e sinalização em manchas florestais;
- Incentivar grupos de voluntários para apoiar as ações florestais de prevenção e apoio logístico;
- Promover a manutenção das faixas de gestão de combustível;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, com o aumento da eficácia nas ações de prevenção, vigilância, deteção, alerta, 1ª intervenção e combate aos Incêndios Florestais.
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas, desenvolvendo um programa específico para a recuperação de áreas ardidas
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz, com a integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.

4. Eixos Estratégicos

Os objetivos deste Plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação assentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e que são:

1º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

2º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios

3º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia e da gestão dos incêndios

4º Eixo Estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas

5º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

As ações que sustentam este Plano procuram satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nestes cinco eixos estratégicos, sendo organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas identificados neste concelho.

4.1. - 1º Eixo Estratégico - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

No 1º eixo estratégico de atuação é importante aplicar habilmente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes aos incêndios florestais.

Este eixo estratégico encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social, procurando dar resposta ao nº1 do artigo 15º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho, na atual redação.

É obrigatória a gestão de combustíveis associada às diferentes infraestruturas presentes, operacionalizando-se ao nível municipal a rede secundária de faixas de gestão de combustível (FGC).

Para definir as metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I) e também as cartas de combustíveis, de risco de incêndio e de prioridades de defesa .

Objetivo estratégico

- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objetivos operacionais

- Proteger as zonas de interface Urbano/Florestal.
- Implementando ações de redução de combustíveis

Ações

- Criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível (FGC), intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios;
- Implementação de mosaico de parcelas gestão de combustível;
- Promoção de ações de silvicultura preventiva;
- Promoção de ações de gestão de pastagens;
- Criação e manutenção de redes de infraestruturas (rede viária florestal (RVF) e rede de pontos de água (RPA);
- Divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Deste eixo estratégico resulta claramente a definição dos espaços florestais objeto de gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes, assim como a operacionalização ao nível municipal, das faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

A avaliação e caracterização das infraestruturas existentes, constituiu a primeira fase do processo de planeamento de um sistema integrado de infraestruturas de prevenção e de apoio ao combate aos incêndios florestais.

4.1.1.1. Rede de Faixas de gestão de combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível

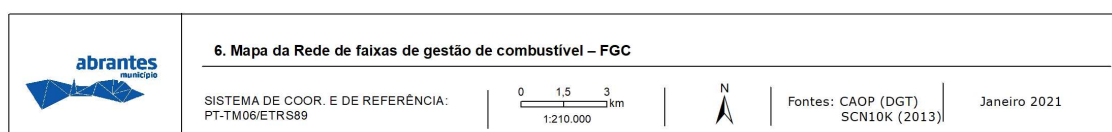
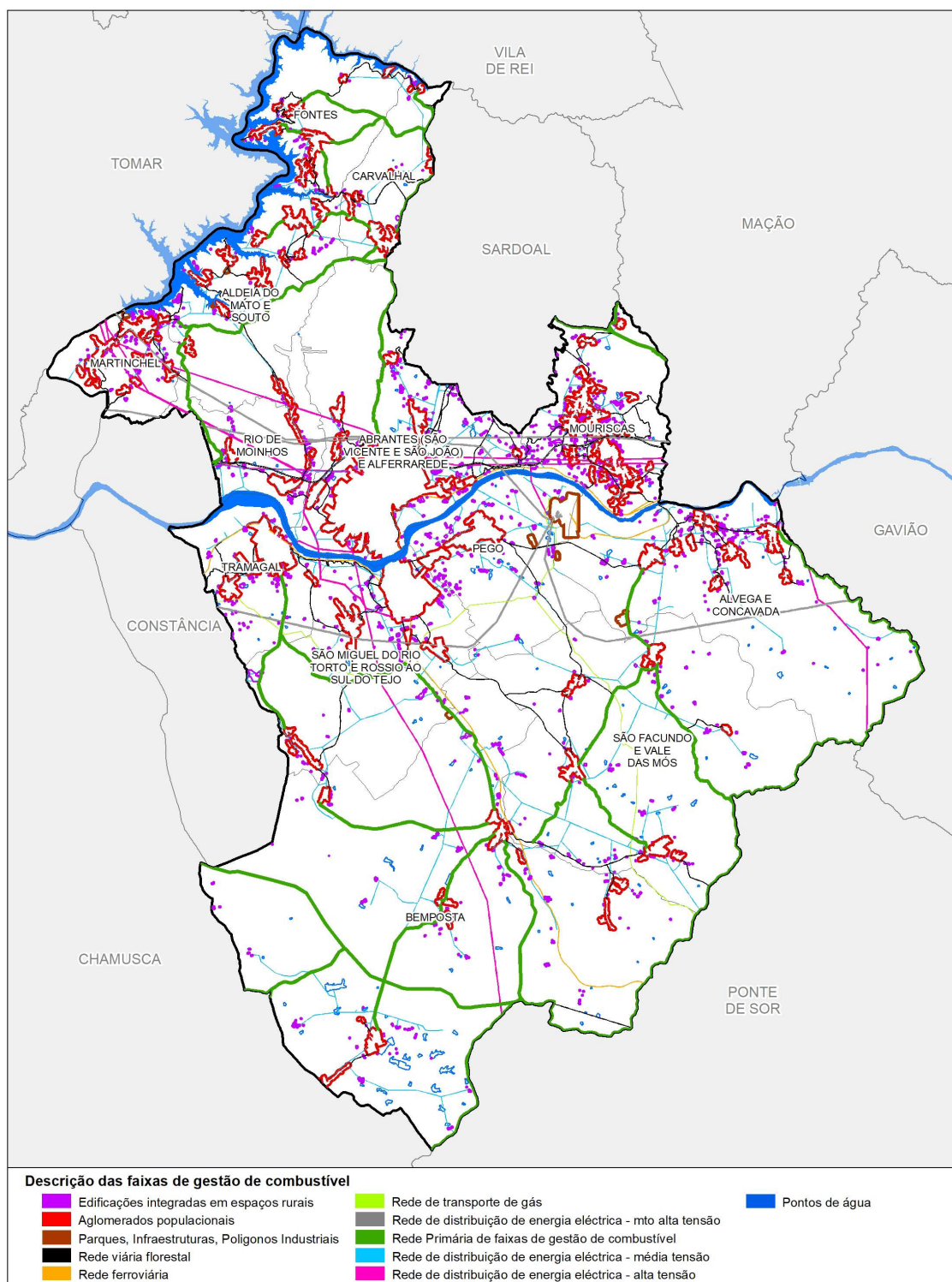
As faixas de gestão de combustíveis (FGC) que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no artigo 15.º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de junho, na atual redação, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios.

Estas FGC definem um conjunto de funções básicas de compartimentação de manchas florestais cujos objetivos são diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios e facilitar o combate e a intervenção direta e indireta na frente de fogo ou nos seus flancos.

É importante referir que a utilização atual das faixas de gestão de combustíveis materializa também os objetivos de reduzir os efeitos da passagem de incêndios, proteger de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infra estruturas, povoamentos florestais, isolar focos potenciais de incêndios, reduzir a probabilidade de propagação de incêndios a áreas adjacentes a linhas elétricas de muito alta tensão e média tensão, à rede viária, rede ferroviária, rede de gás natural, e parques industriais.

Neste plano, não foram considerados quaisquer Mosaicos de Gestão de Combustíveis.

Figura 6 - Rede de FGC



4.1.1.2. Rede Viária Florestal

A Rede Viária Florestal (RVF) é fundamental para o acesso às áreas florestais, de modo a garantir a gestão, o ordenamento florestal e o acesso dos meios no caso de incêndio.

Para além das estradas Nacionais/Regionais e Municipais que atravessam áreas de floresta a RVF é constituída por:

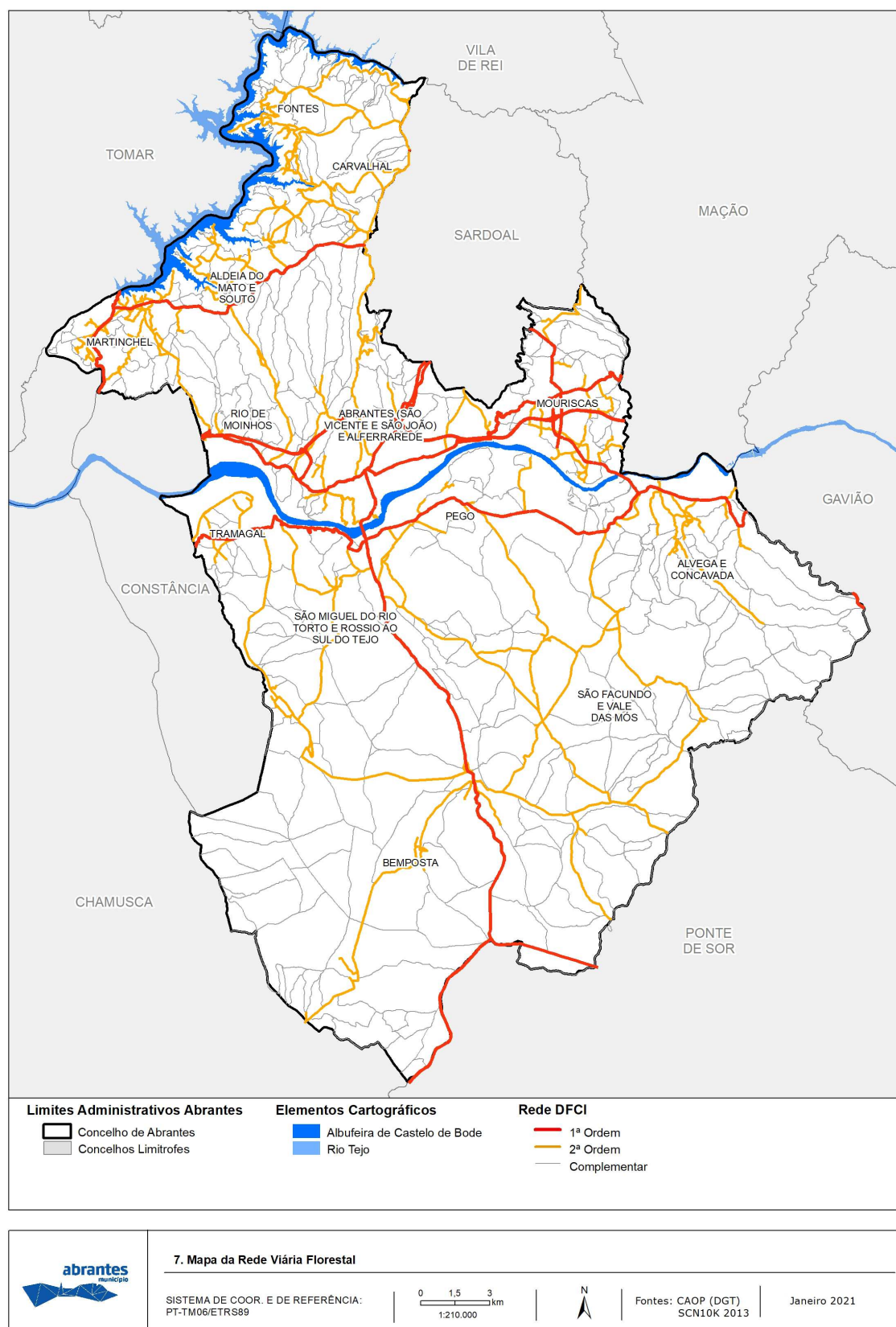
- Caminhos florestais, que dão passagem sem restrições durante todo o ano a todo o tipo de veículos;
- Estradões florestais, nos quais a circulação sem restrições é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando funções primordiais de servir a gestão florestal e a compartimentação da floresta;
- Trilhos, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

A rede aqui apresentada tem os seguintes objetivos:

- A circulação de patrulhas móveis, em funções de vigilância ou ataque inicial de incêndios;
- O acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio;
- A constituição de linhas de luta sobre as quais os veículos de combate poderão tomar posição no combate;
- O acesso rápido a pontos de água.

Foi definida com o objetivo de compartimentar as principais manchas florestais e garantir acessos rápidos e seguros às mesmas.

Figura 7 - Rede viária florestal

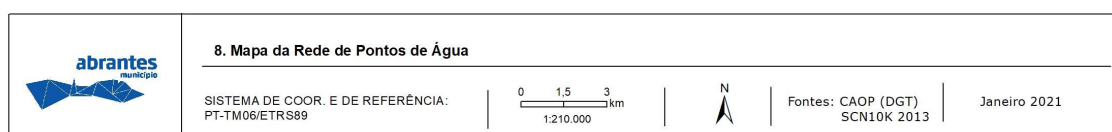
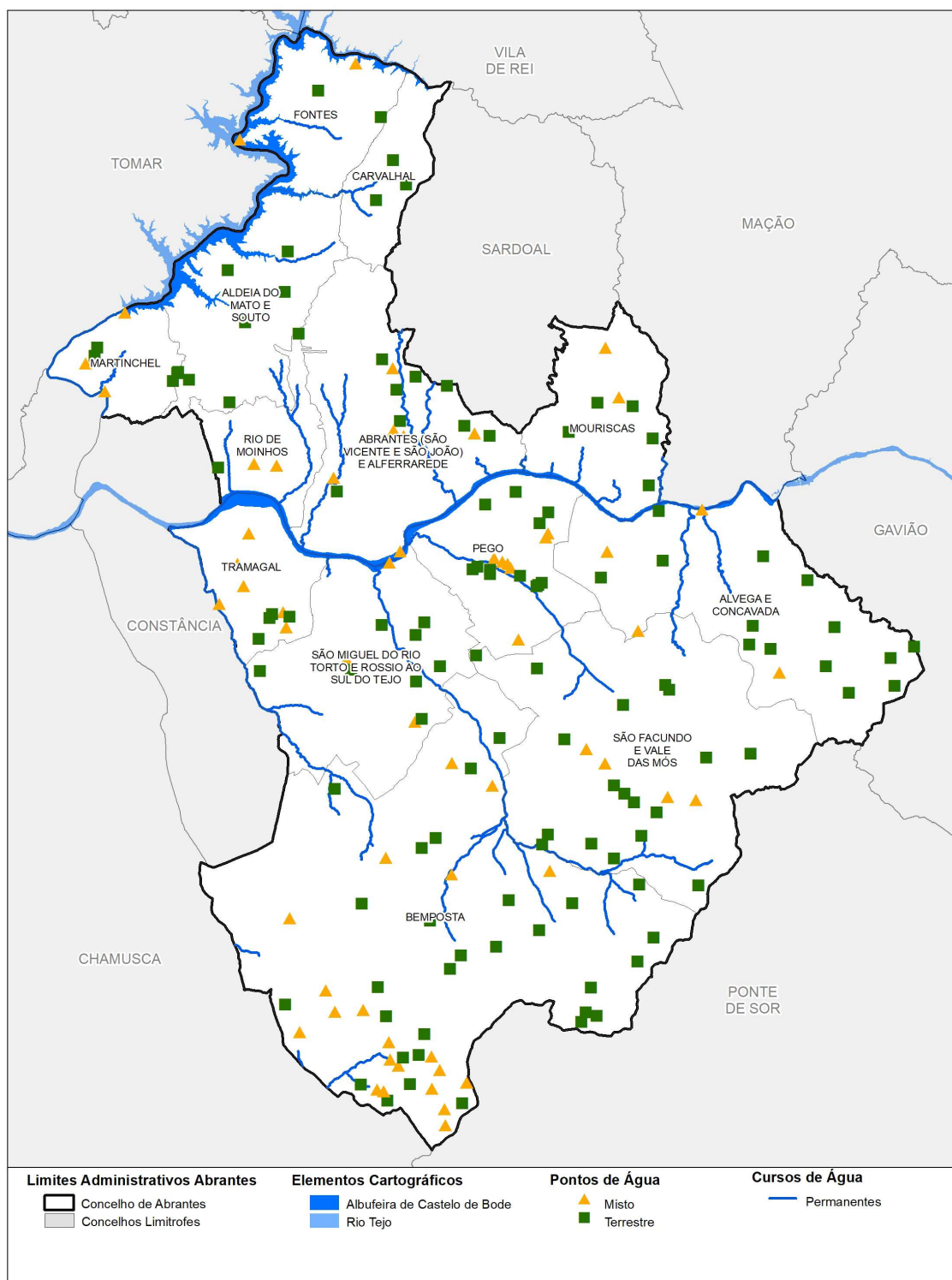


4.1.1.3. Rede de Pontos de Água

A rede de pontos de água (RPA) do concelho de Abrantes é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, fixos ou móveis, de planos de água, naturais ou artificiais acessíveis por meios terrestres ou aéreos e de pontos de tomadas de água, públicos ou privados.

Neste plano consideram-se como estruturas de armazenamento de água os tanques em betão existentes no interior ou nas proximidades de áreas florestais com capacidade de abastecer os veículos de combate a incêndios, distinguindo-se aqueles que permitem também o abastecimento dos meios aéreos.

Figura 8 – Rede de pontos de água



4.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI

A silvicultura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objetivos de diminuir a perigosidade de incêndio rural e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

Os instrumentos de gestão florestal devem explicitar as medidas de silvicultura e de infraestruturização de espaços rurais que garantam a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis florestais e a alternância de parcelas com distinta inflamabilidade e combustibilidade, no âmbito das orientações de planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios.

A dimensão das parcelas deverá variar entre 20 hectares e 50 hectares, nos casos gerais, e entre 1 hectare e 20 hectares nas situações de maior perigosidade de incêndio, definidas nos PMDFCI, e o seu desenho e localização devem ter em especial atenção o comportamento previsível do fogo.

Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, os povoamentos monoespecíficos e equiênicos não poderão ter uma superfície contínua superior a 50ha, devendo ser compartimentados, alternativamente:

- a) Pela rede de faixas de gestão de combustíveis ou por outros usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural;
- b) Por linhas de água e respetivas faixas de proteção, convenientemente geridas;
- c) Por faixas de arvoredos de alta densidade, com as especificações técnicas definidas nos instrumentos de planeamento florestal.

Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, têm de ser cumpridas as normas técnicas de instalação de povoamentos florestais e as regras de boas práticas florestais.

4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º eixo

4.1.2.1. Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água

As figuras 9 a 13 representam a planificação das ações a desenvolver, 2021-2030.

Figura 9 – Intervenção Preconizada - ano 2021

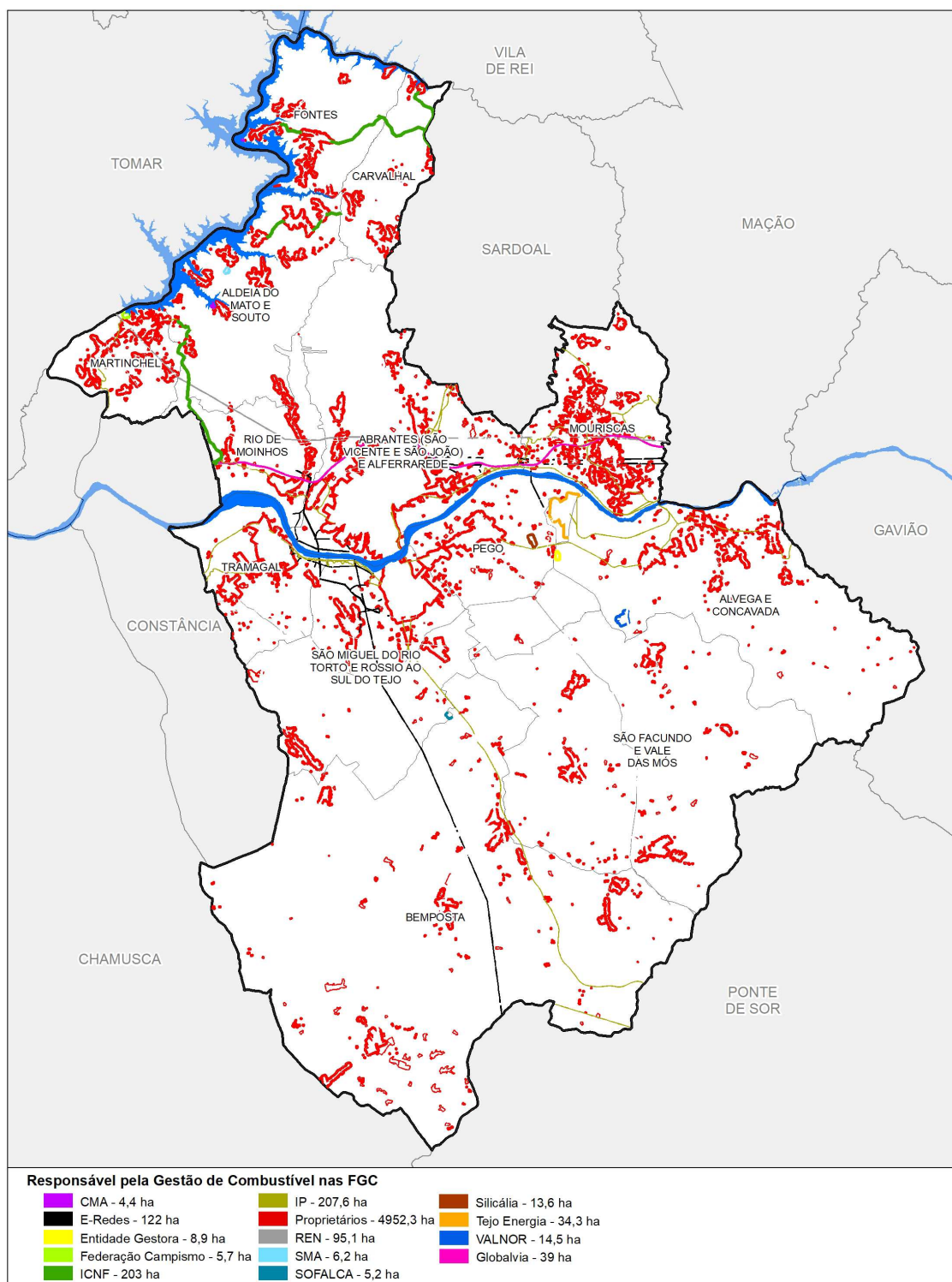


Figura 10 – Intervenção Preconizada - ano 2022

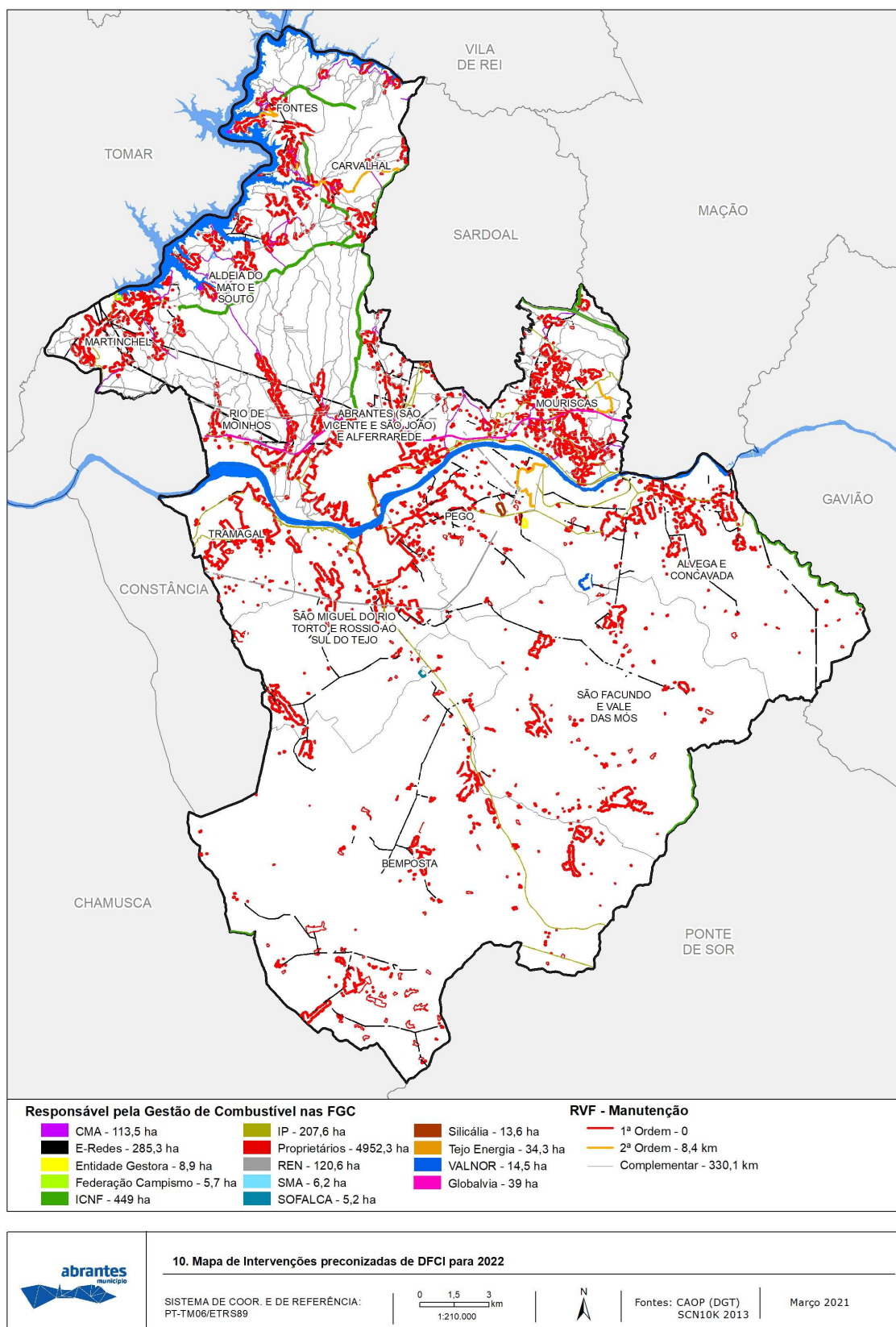


Figura 11 – Intervenção Preconizada - ano 2023

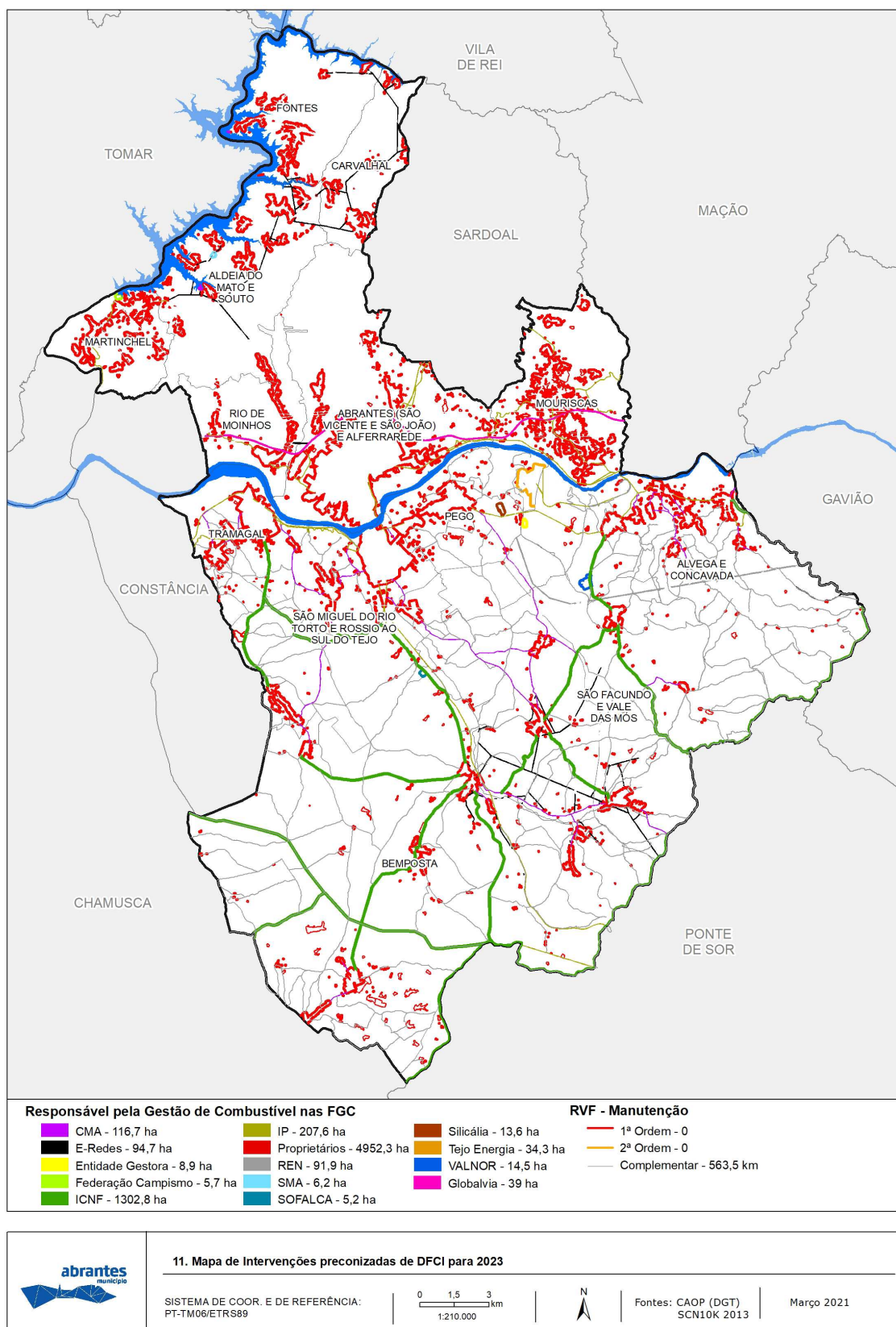


Figura 12 – Intervenção Preconizada - ano 2024

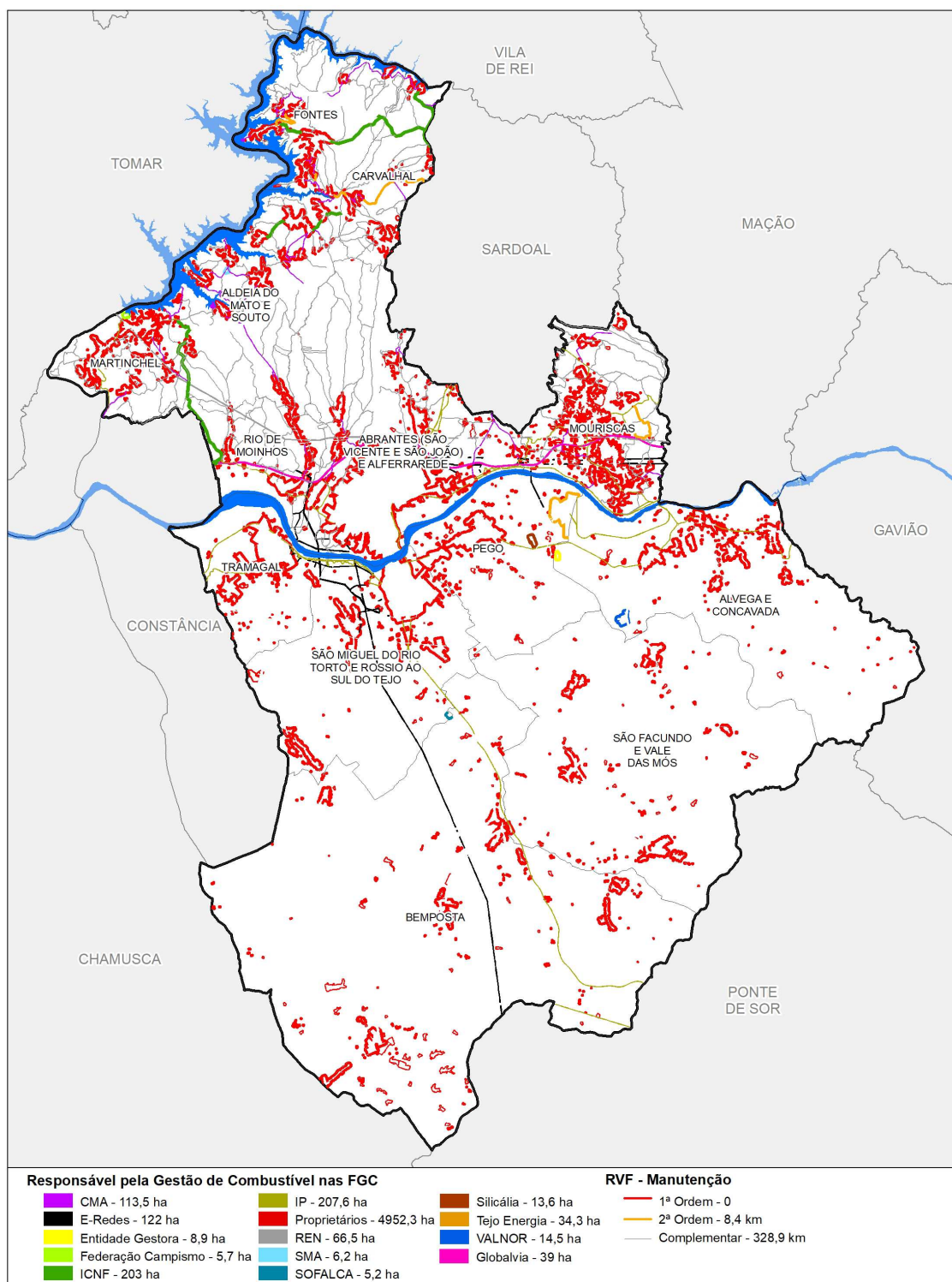


Figura 13 – Intervenção Preconizada - ano 2025

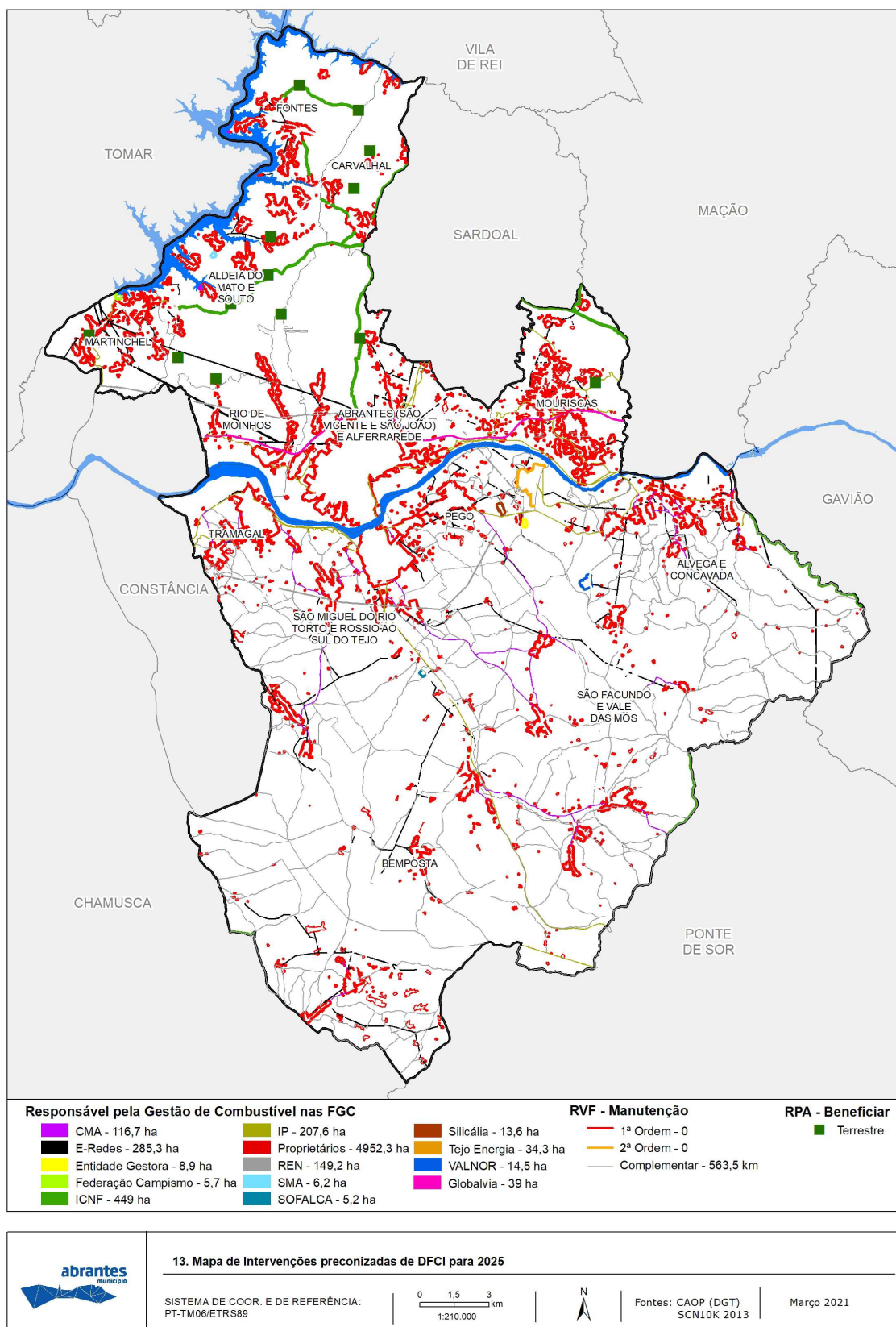


Figura 14 – Intervenção Preconizada - ano 2026

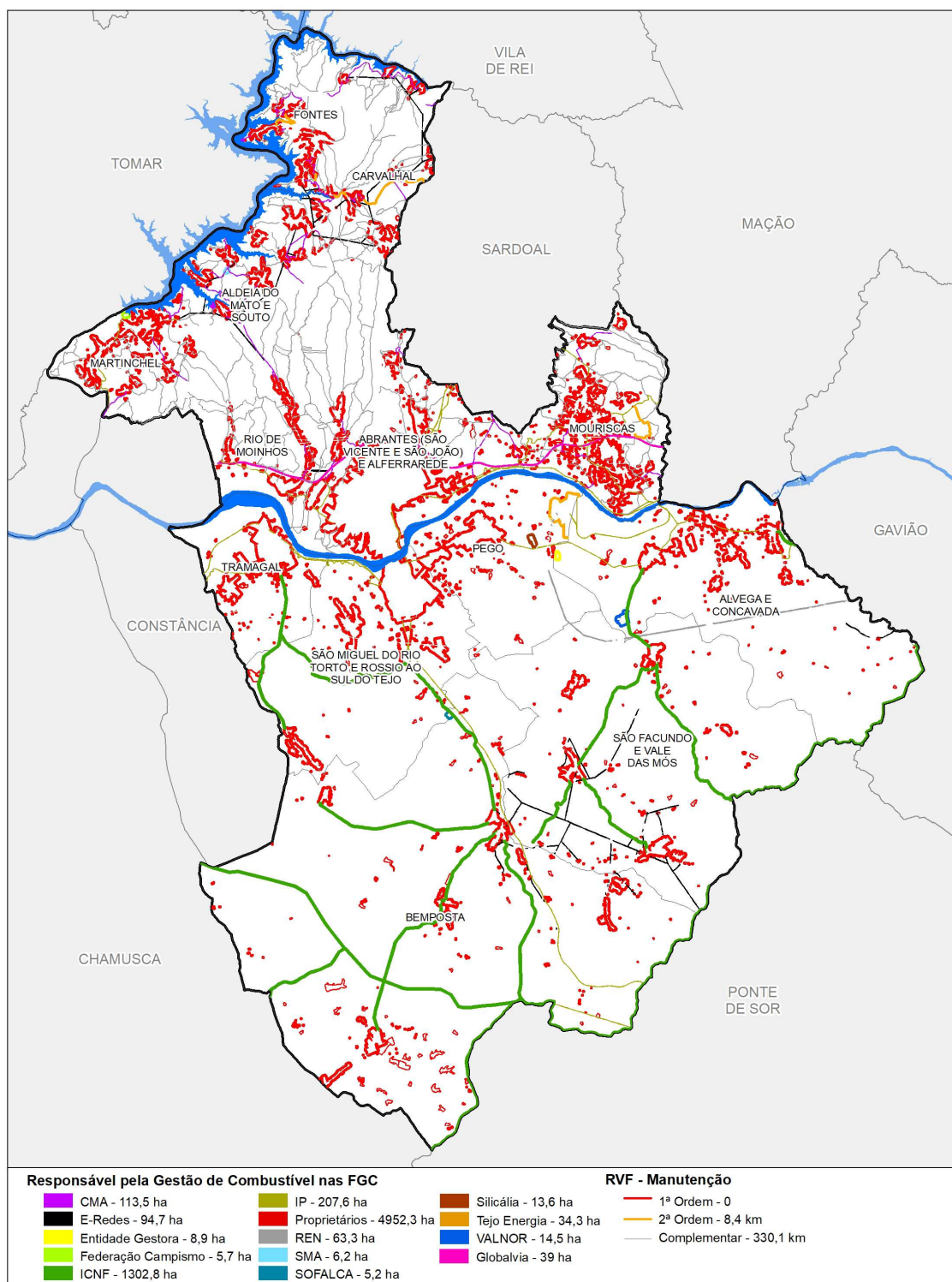


Figura 15 – Intervenção Preconizada - ano 2027

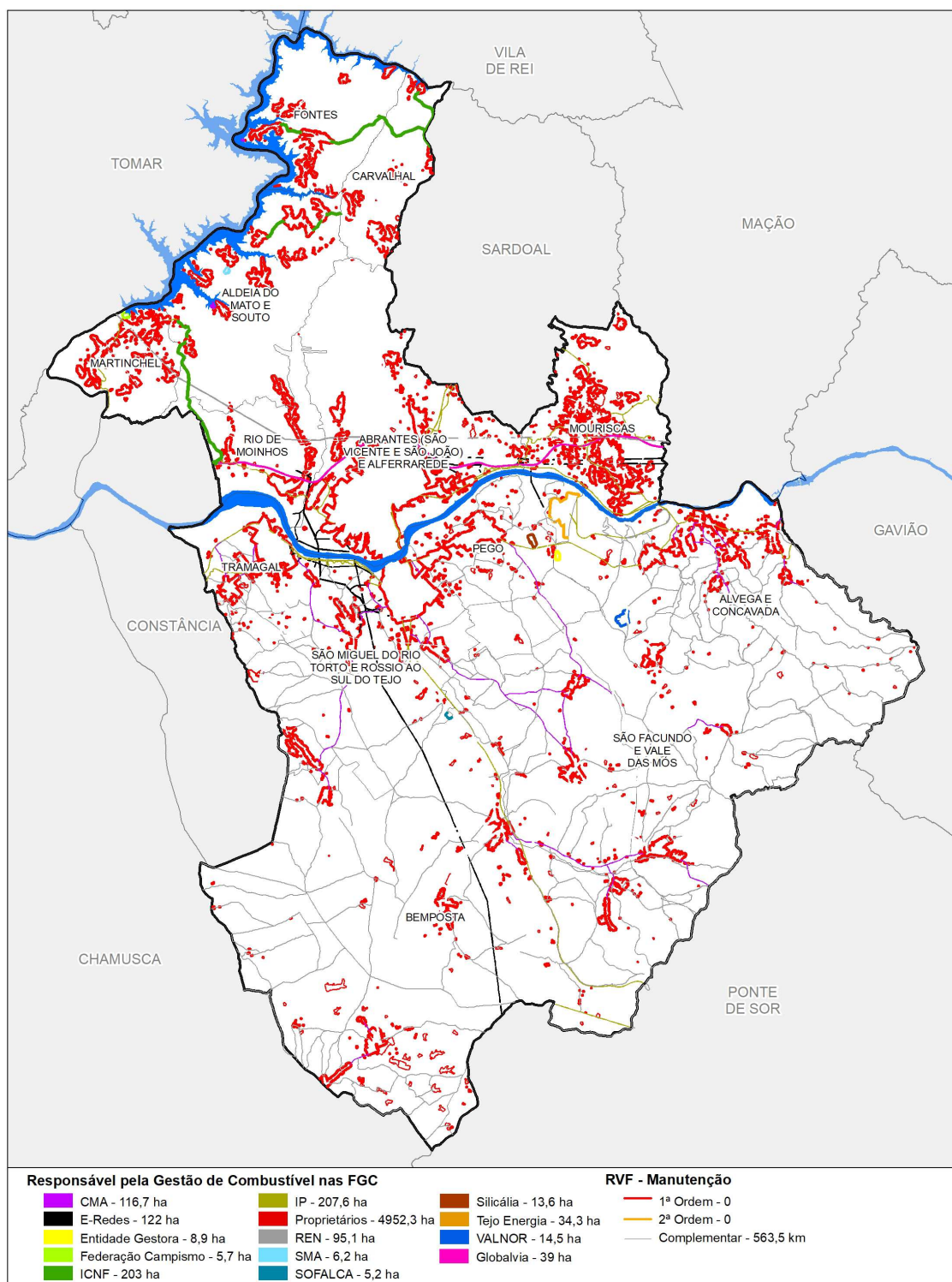


Figura 16 – Intervenção Preconizada - ano 2028

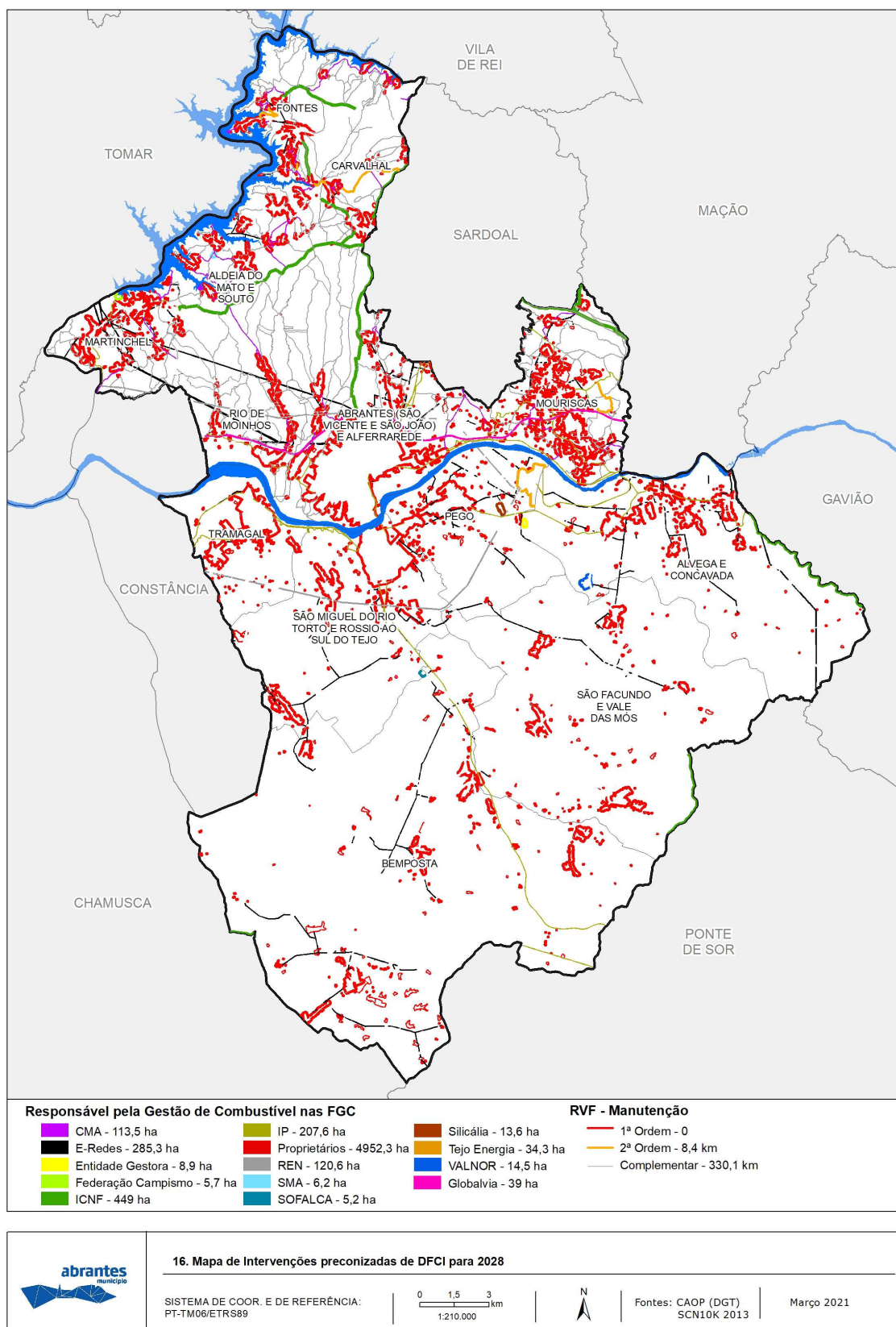


Figura 17 – Intervenção Preconizada - ano 2029

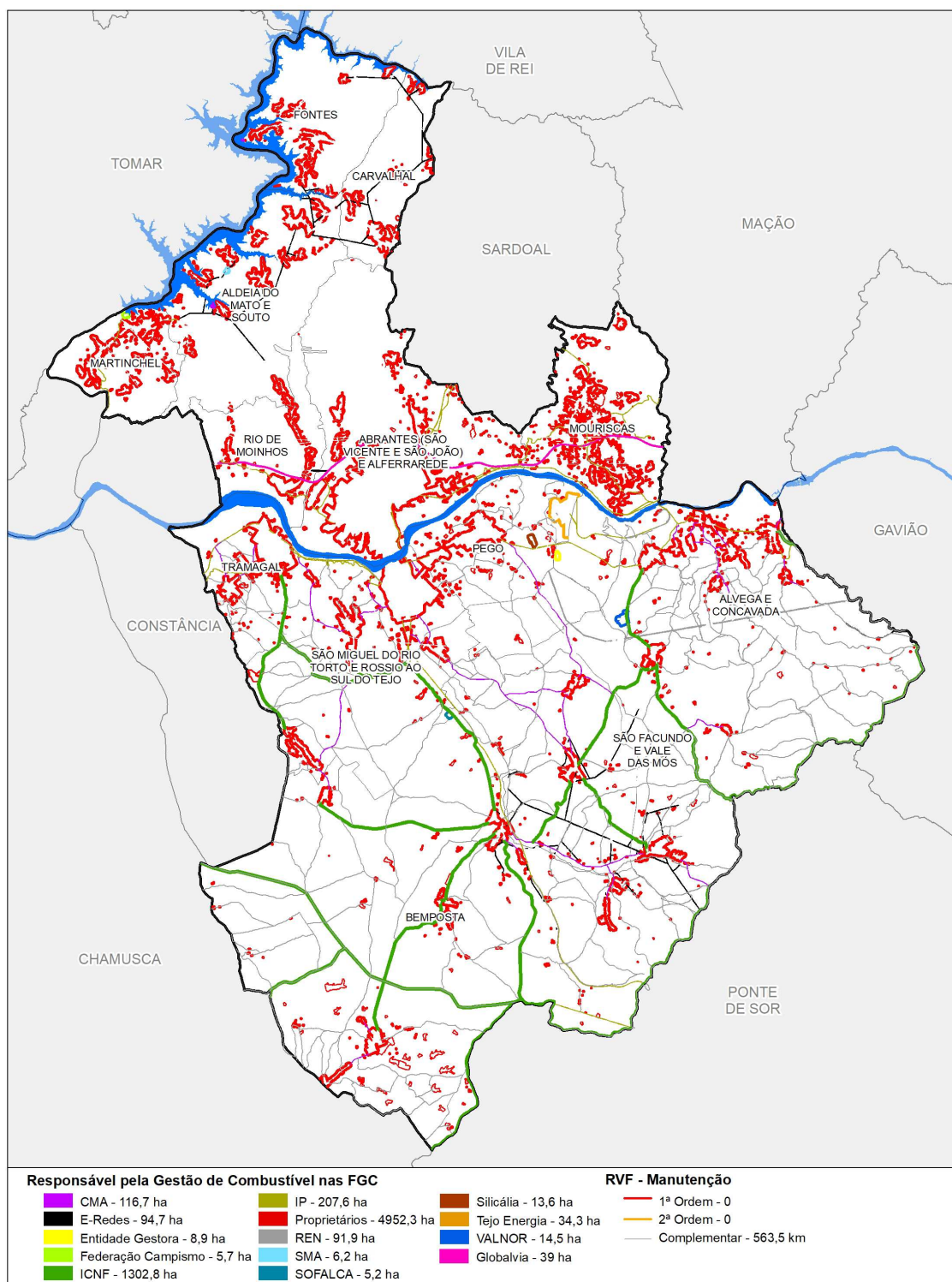
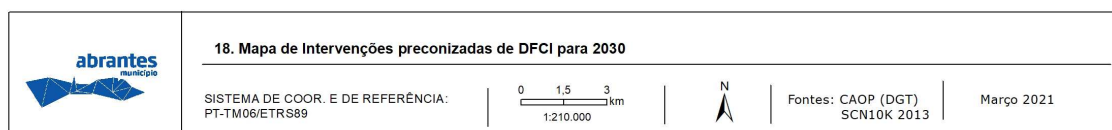
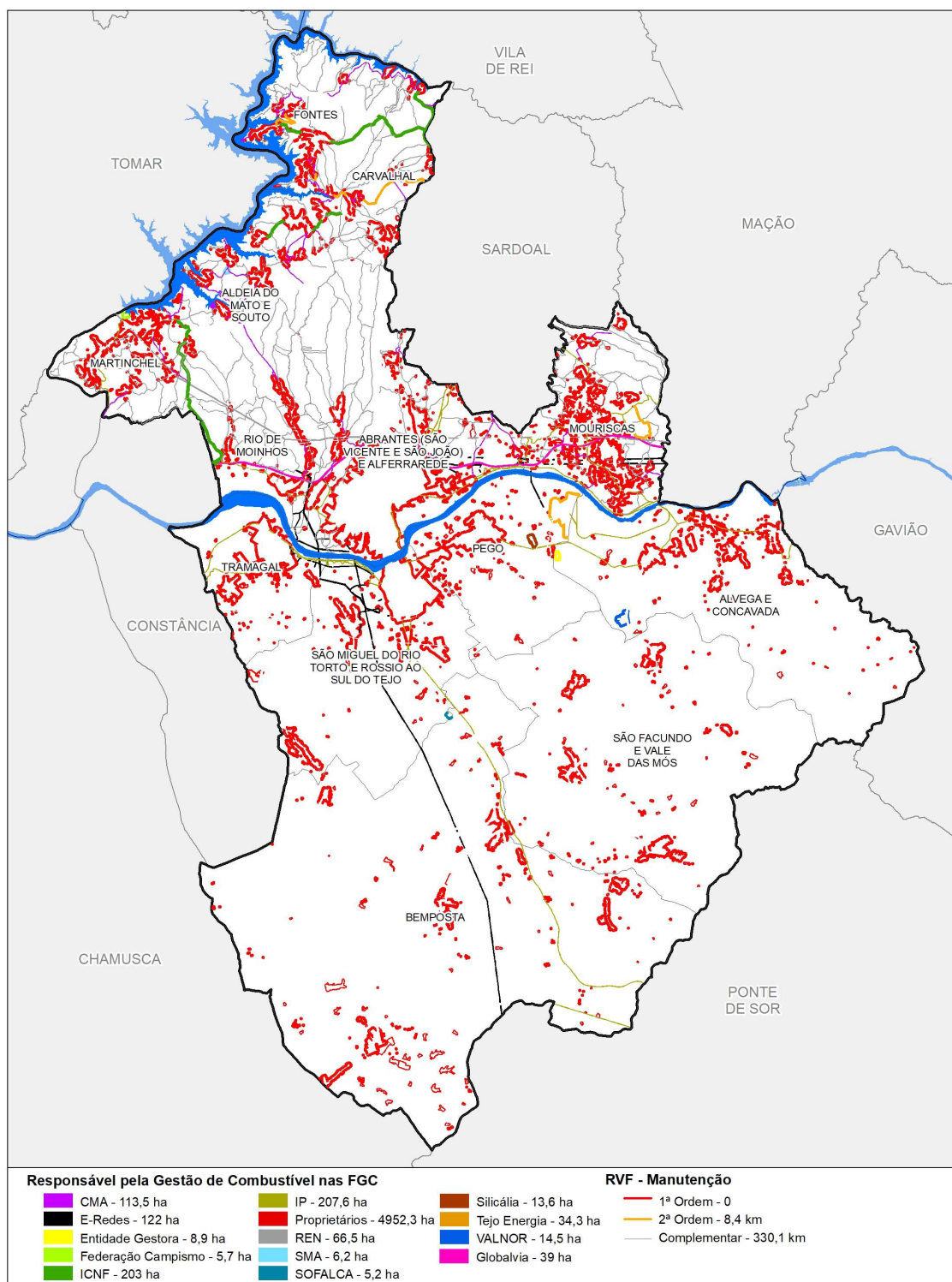


Figura 18 – Intervenção Preconizada - ano 2030



A definição das Faixas de Gestão de Combustível (FGC) baseia-se na legislação em vigor e nos trabalhos de gestão já realizados, anteriormente, pelas diferentes entidades.

Nos casos de sobreposição de Faixas de Gestão de Combustível pelos diferentes intervenientes, ficou definido em reunião da CMDFCI que, durante cada ano, a primeira entidade a chegar ao local fará o trabalho de gestão de combustível, partilhando, assim, a responsabilidade entre as entidades.

A tabela seguinte, resume as áreas a intervir por ano. As diferentes entidades são responsáveis pela execução/manutenção das mesmas.

Tabela 3 - Faixas e mosaicos de gestão de combustível existentes no período (2021-2030)

Código FGC	FGC	Responsável	Área total (ha)	Área com necessidade de Intervenção (ha)	Área sem necessidade de Intervenção (ha)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
						Área com intervenção (ha)									
1	Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	1.381,21	1.381,21	0,00	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21
2	Aglomerados populacionais	Proprietários	3.358,77	3.358,77	0,00	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77
3	Parques de Campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	Entidades Gestoras	112,74	92,85	19,89	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85
4	Rede Viária Florestal	Entidades Gestoras	372,83	372,83	0,00	151,38	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52
5	Rede Ferroviária	IP Ferrovia	95,22	95,22	0,00	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22
6	Rede de Transporte de gás	REN	34,24	28,64	5,61	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00
7	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão	REN	347,45	250,37	97,08	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50
8	Rede Primária FGC	ICNF	1.954,86	1.954,86	0,00	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06
9	Rede terciária de FGC														
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão	E-Redes	543,22	303,65	239,57	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível														
12	Pontos de água	Proprietários	218,63	218,63	0,00	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão	E-Redes	262,83	198,35	64,48	102,35	93,80	2,20	102,35	93,80	2,20	102,35	93,80	2,20	102,35
14	Silvicultura no âmbito da DFCI														
Total			8.682,00	8.255,38	426,63	5.718,21	6.262,07	6.899,87	5.798,71	6.293,89	6.868,05	5.830,53	6.262,07	6.899,87	5.798,71

A gestão e o financiamento da execução das FGC, cabe a cada uma das diferentes entidades. No entanto, quando for possível, o Município de Abrantes e as entidades gestoras de ZIF, apresentarão candidaturas a fundos nacionais ou europeus de apoio que se enquadrem em áreas com características específicas.

Importa ainda referir que as FGC da responsabilidade do Município de Abrantes foram intervencionadas em 2020. Assim, de modo, a facilitar o planeamento e a execução/manutenção, o território foi dividido em duas áreas de intervenção – Norte (do Rio Tejo) e Sul (do Rio Tejo) em que as diferentes intervenções serão realizadas ano sim, ano não.

4.1.2.2. Condicionalismos à Edificação

O Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, estabelece as regras que condicionam a edificação em espaços rurais, visando garantir o interesse público de defesa de pessoas e bens face aos incêndios rurais.

A CMDFCI em parceria com a Divisão de Urbanismo garantirão que serão respeitadas todas as regras e normas previstas nas leis em vigor e no PDM.

4.1.2.3. Rede Viária florestal

A rede viária florestal (RVF) é um dos elementos de infraestruturação do território que assume um dos mais significativos papéis na defesa da floresta contra incêndios, tanto na prevenção como no apoio ao combate, e nas funções de suporte à gestão florestal, incluindo a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das áreas agrícolas.

Para adequar a RVF existente às necessidades do Concelho, procurou-se encontrar uma malha homogénea de caminhos e estradões florestais, a qual, em complemento com a rede de estradas alcatroadas, pudessem constituir uma base sólida e viável de acesso ao território (tabela 4). Sendo a sua manutenção da responsabilidade da autarquia, deixando para os proprietários florestais a manutenção da restante rede.

A manutenção da rede viária florestal representam um substancial investimento, pelo que se torna importante fazer um correto planeamento espacial e temporal da mesma. Deste modo, a facilitar o planeamento e a manutenção o território foi dividido em duas áreas de intervenção – Norte (do Rio tejo) e Sul (do Rio tejo) em que as intervenções serão realizadas ano sim, ano não. No entanto, considerando o avultado investimento e que não será necessário, a intervenção na totalidade da RVF, considerou-se que anualmente serão levantadas as necessidades de intervenção e serão alvo de intervenção cerca de 50Km (tabela 5).

Não foram consideradas FGC na rede viária de terceira ordem.

Tabela 4 - Rede viária florestal total para o período (2021-2030)

RVF	Km
1ª Ordem	190,8
2ª Ordem	388,9
Complementar	893,7

Tabela 5 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2021-2030)

RVF(km)	Intervenção									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1ª Ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª Ordem	0	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4	0	8,4
Complementar	0	330,1	563,5	330,1	563,5	330,1	563,5	330,1	563,5	330,1
Intervenção Anual	0	50	50	50	50	50	50	50	50	50

4.1.2.4. Rede de Pontos de Água

A Rede de Pontos de Água (RPA) é o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios, de acordo com a alínea d, do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 124 de 2006 de 28 de junho, na sua atual redação.

A disponibilidade de uma rede de pontos de água para o reabastecimento dos meios de combate aos incêndios florestais é, naturalmente, um fator fundamental para o sucesso das operações de combate.

Esta rede é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, operacionais em caso de incêndio.

De acordo com a tabela seguinte, o Concelho encontra-se dotado de algumas dezenas de pontos de água que fazem parte integrante da estrutura de apoio ao combate.

Tabela 6 - Intervenção na rede de pontos de água para o período (2021-2030)

Identificação	Código	TIPO	Classe	Ano de Intervenção
1 - Albufeira Castelo de Bode - Vale dos Solteiros	ABT.AB.M1.001	211	M	
2 - Tanque ale do Penedinho	ABT.RS.T2.002	111	T	2025
3 - Tanque das Sete sobreiras - Vale do Rabaçal	ABT.RS.T2.003	111	T	2025
4 - Albufeira Castelo de Bode - Praia Fluvial Fontes	ABT.AB.M1.004	211	M	
5 - Tanque Vale de Tábua	ABT.RS.T2.005	111	T	2025
6 - Tanque Sobral Basto	ABT.RS.T2.006	111	T	2025
7 - Tanque Maxieira - Souto	ABT.RS.T2.007	111	T	2025
8 - Tanque Carreira do Mato	ABT.RS.T2.008	111	T	2025
9 - Tanque das 4 Estradas	ABT.RS.T2.009	111	T	2025
10 - Tanque de Vilelas	ABT.RS.T2.010	111	T	2025
11 - Tanque da Casinha	ABT.RS.T2.011	111	T	2025
12 - Albufeira do Castelo de Bode	ABT.AB.M1.012	211	M	
13 - Tanque Alagoa	ABT.RS.T2.013	111	T	2025
14 - Charca Vilelas 1	ABT.CH.T2.014	214	T	
15 - Charca Vilelas 2	ABT.CH.T2.015	214	T	
16 - Charca Quinta da Légua - Amoreira	ABT.CH.T2.016	214	T	
17 - Tanque Quinta do Vale de Zebro	ABT.TQ.M1.017	114	M	
18 - Charca Quinta do Vale de Zebro	ABT.CH.M1.018	214	M	
19 - Tanque Vale da Trave	ABT.RS.T2.019	111	T	2025
20 - Tanque Sentieiras	ABT.RS.T2.020	111	T	2025
21 - Charca Quinta das Sentieiras	ABT.CH.M1.021	214	M	
22 - Charca da Gataria	ABT.CH.T2.022	214	T	
23 - Charca Projeto Homem	ABT.CH.T2.023	214	T	
24 - Charca Vale Grande	ABT.CH.T2.024	214	T	
25 - Charca Estacal de Cima	ABT.CH.M1.025	214	M	
26 - Charca Vale Trilho	ABT.CH.M1.026	214	M	
27 - Charca Outeiro Pelado	ABT.CH.T2.027	214	T	
28 - Charca Quinta do Pouchão	ABT.CH.M1.028	214	M	
29 - Charca Estrada do Gaio	ABT.CH.M1.029	214	T	
30 - Charca Quinta da Viscondessa	ABT.CH.M1.030	214	M	
31 - Charca Parque Urbano de São Lourenço	ABT.CH.T2.031	214	T	
32 - Charca Vale de Tábuas	ABT.CH.T2.032	214	T	
33 - Aquapolis Norte	ABT.RI.M1.033	222	M	
34 - Entre Serras - Quinta	ABT.CH.M1.034	214	M	
35 - Charca EPDRA	ABT.CH.M1.035	214	M	
36 - Tanque Fonte dos Amores	ABT.RS.T2.036	111	T	2025
37 - Barragem do Negrelinho	ABT.AB.T2.037	211	T	
38 - Portela das Eiras	ABT.CH.T2.038	214	T	
39 - Charca Nossa Sra. dos Matos	ABT.CH.T2.039	214	T	
40 - Charca Cova do Madeiro	ABT.CH.T2.040	214	T	
41 - Charca da Coelheira 2	ABT.CH.M1.041	214	M	
42 - Charca da Coelheira 1	ABT.CH.M1.042	214	M	

43 - Charca Giesteira	ABT.CH.T2.043	214	T	
44 - Charca Fábrica da Cerâmica	ABT.CH.M1.044	214	M	
45 - Charca do Crucifixo	ABT.CH.M1.045	214	M	
46 - Charca Atalaia 2	ABT.CH.T2.046	214	T	
47 - Charca Atalaia 1	ABT.CH.T2.047	214	T	
48 - Charca Concelho	ABT.CH.T2.048	214	T	
49 - Charca Casal do Rei	ABT.CH.M1.049	214	M	
50 - Charca Sr. Mineiro	ABT.CH.T2.050	214	T	
51 - Rio Zêzere	ABT.RI.M1.051	222	M	
52 - Aquapolis Sul	ABT.RI.M1.052	222	M	
53 - Tanque Maria da Lança	ABT.TQ.T2.053	114	T	
54 - Tanque S. Macário	ABT.TQ.T2.054	114	T	
55 - Charca Vale das Donas	ABT.TQ.T2.055	214	T	
56 - Charca S. Miguel do Rio Torto	ABT.CH.M1.056	214	M	
57 - Charca Cruz do Gaio	ABT.CH.T2.057	214	T	
58 - Tanque Arreciadas	ABT.TQ.T2.058	114	T	
59 - Charca Salvadorinho	ABT.CH.T2.059	214	T	
60 - Charca Vale de Cortiças 2	ABT.CH.T2.060	214	T	
61 - Charca Vale de Cortiças 1	ABT.CH.M1.061	214	M	
62 - Charca Caniceira	ABT.CH.T2.062	214	T	
63 - Charca Quinta do Vale do Feto	ABT.CH.T2.063	214	T	
64 - Charca Vale dos Peixes 3	ABT.CH.T2.064	214	T	
65 - Charca Vale dos Peixes 2	ABT.CH.M1.065	214	M	
66 - Charca Vale dos Peixes 1	ABT.CH.M1.066	214	M	
67 - Charca Casal Barreiros 1	ABT.CH.M1.067	214	M	
68 - Charca Casal dos Negrinhos Baixo 1	ABT.CH.M1.068	214	M	
69 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 3	ABT.CH.T2.069	214	T	
70 - Charca Casal do António 2	ABT.CH.T2.070	214	T	
71 - Charca Casal do António 1	ABT.CH.T2.071	214	T	
72 - Charca Casal do António 3	ABT.CH.T2.072	214	T	
73 - Charca Casal do António 4	ABT.CH.T2.073	214	T	
74 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 2	ABT.CH.T2.074	214	T	
75 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 1	ABT.CH.T2.075	214	T	
76 - Charca Monte da Ameixeira	ABT.CH.M1.076	214	M	
77 - Charca Casal Cortido 1	ABT.CH.M1.077	214	M	
78 - Charca Casal Cortido 2	ABT.CH.T2.078	214	T	
79 - Charca Concavada	ABT.CH.T2.079	214	T	
80 - Charca Sra. da Guia	ABT.CH.T2.080	214	T	
81 - Estação Canoagem Alvega	ABT.RI.M1.081	222	M	
82 - Charca Casal da Coelheira de Cima	ABT.CH.M1.082	214	M	
83 - Charca Areia de Cima	ABT.CH.T2.083	214	T	
84 - Charca Vale das Cevadas	ABT.CH.T2.084	214	T	
85 - Charca Ribeira do Carregal 1	ABT.CH.T2.085	214	T	
86 - Charca Ribeira do Carregal 2	ABT.CH.T2.086	214	T	

87 - Charca Ribeira do Carregal 3	ABT.CH.T2.087	214	T	
88 - Charca Carregal	ABT.CH.T2.088	214	T	
89 - Charca Monte da Sanguinheira	ABT.CH.M1.089	214	M	
90 - Charca Carregal Cimeiro 1	ABT.CH.T2.090	214	T	
91 - Charca Vale Gonçalves	ABT.CH.T2.091	214	T	
92 - Charca Foros do Carregal	ABT.CH.T2.092	214	T	
93 - Charca Vale do Monte	ABT.CH.T2.093	214	T	
94 - Charca Camelo do Meio	ABT.CH.T2.094	214	T	
95 - Charca Camelo de Cima	ABT.CH.T2.095	214	T	
96 - Charca Monte da Várzea do Linho 1	ABT.CH.T2.096	214	T	
97 - Charca Ribeira das Lameiras	ABT.CH.T2.097	214	T	
98 - Charca São Facundo 2	ABT.CH.T2.098	214	T	
99 - Charca São Facundo 1	ABT.CH.M1.099	214	M	
100 - Charca Favaqueira	ABT.CH.M1.100	214	M	
101 - Charca Vale da Mua 3	ABT.CH.T2.101	214	T	
102 - Charca Vale da Mua 4	ABT.CH.T2.102	214	T	
103 - Charca Vale da Mua 1	ABT.CH.T2.103	214	T	
104 - Charca Vale da Horta	ABT.CH.M1.104	214	M	
105 - Charca dos Mingazes	ABT.CH.M1.105	214	M	
106 - Charca Cruz das Cabeças	ABT.CH.T2.106	214	T	
107 - Charca Herdade de Vale de Água	ABT.CH.T2.107	214	T	
108 - Charca Vale da Mua 2	ABT.CH.T2.108	214	T	
109 - Charca Vale das Mós	ABT.CH.T2.109	214	T	
110 - Charca da Courela	ABT.CH.T2.110	214	T	
111 - Tanque da Courela	ABT.TQ.T2.111	114	T	
112 - Charca Casal da Bica	ABT.CH.T2.112	214	T	
113 - Charca Herdade do Carvalhal	ABT.CH.T2.113	214	T	
114 - Charca Ramalhais	ABT.CH.T2.114	214	T	
115 - Charca Vale da Fonte	ABT.CH.T2.115	214	T	
116 - Charca Vale de Salgueira	ABT.CH.M1.116	214	M	
117 - Charca da Herdade do Telhado	ABT.CH.T2.117	214	T	
118 - Charca da Herdade do Caldeiro	ABT.CH.M1.118	214	M	
119 - Charca Vale de Açor	ABT.CH.T2.119	214	T	
120 - Tanque Casal do Pereiro	ABT.TQ.T2.120	114	T	
121 - Charca Casal do Pereiro	ABT.CH.T2.121	214	T	
122 - Charca da Valeira	ABT.CH.M1.122	214	M	
123 - Lagoas do Casalão	ABT.CH.M1.123	214	M	
124 - Lagoa de Baixo	ABT.CH.M1.124	214	M	
125 - Charca do Monte Novo	ABT.CH.T2.125	214	T	
126 - Charca Vale de Besteiros	ABT.CH.T2.126	214	T	
127 - Charca Arrancada de Cima	ABT.CH.T2.127	214	T	
128 - Charca do Baralho	ABT.CH.M1.128	214	M	
129 - Charca do Balancho	ABT.CH.T2.129	214	T	
130 - Charca do Brunheirinho	ABT.CH.T2.130	214	T	

131 - Charca do Vale do Brunheirinho	ABT.CH.T2.131	214	T	
132 - Charca do Padrão	ABT.CH.T2.132	214	T	
133 - Charca Água Branca de Baixo	ABT.CH.T2.133	214	T	
134 - Charca da Agua Branca	ABT.CH.T2.134	214	T	
135 - Charca Monte das Eiras	ABT.CH.T2.135	214	T	
136 - Charca da Campanha	ABT.CH.T2.136	214	T	
137 - Charca do Copeiro 3	ABT.CH.T2.137	214	T	
138 - Charca do Copeiro 1	ABT.CH.T2.138	214	T	
139 - Charca do Copeiro 2	ABT.CH.T2.139	214	T	
140 - Charca das Tojeiras	ABT.CH.M1.140	214	M	
141 - Charca Tojeiras de Cima 1	ABT.CH.M1.141	214	M	
142 - Charca Casal da Ameixoeira 1	ABT.CH.M1.142	214	M	
143 - Charca Abegoaria de Cima	ABT.CH.T2.143	214	T	
144 - Charca Herdade de Cadouços 1	ABT.CH.M1.144	214	M	
145 - Charca Herdade de Cadouços 2	ABT.CH.M1.145	214	M	
146 - Charca Herdade de Cadouços 3	ABT.CH.M1.146	214	M	
147 - Charca Herdade de Cadouços 4	ABT.CH.M1.147	214	M	
148 - Charca Herdade da Ameixeira	ABT.CH.M1.148	214	M	
149 - Charca Vale da Sanguinheira	ABT.CH.M1.149	214	M	
150 - Charca Noitinhas Novas 1	ABT.CH.T2.150	214	T	
151 - Charca Sanguinheira 1	ABT.CH.T2.151	214	T	
152 - Charca Sanguinheira 2	ABT.CH.M1.152	214	M	
153 - Charca Noitinhas Novas 2	ABT.CH.M1.153	214	M	
154 - Charca Noitinhas Novas Sul	ABT.CH.T2.154	214	T	
155 - Charca Ameixeira 1	ABT.CH.T2.155	214	T	
156 - Charca Ameixeira 2	ABT.CH.M1.156	214	M	
157 - Charca Ameixeira Nova	ABT.CH.M1.157	214	M	
158 - Charca de Vilelas	ABT.CH.T2.158	214	T	
159 - Charca Casais de Revelhos	ABT.CH.T2.159	214	T	
160 - Charca Barrocas	ABT.CH.M1.160	214	M	
161 - Charca Carvalhoso	ABT.CH.M1.161	214	M	
162 - Tanque dos Tendeiros	ABT.TQ.T2.162	114	T	
163 - Charca Vale dos Peixes 4	ABT.CH.T2.163	214	T	
164 - Charca Casal Barreiros 2	ABT.CH.M1.164	214	M	
165 - Charca Casal dos Negrinhos Baixo 2	ABT.CH.M1.165	214	M	
166 - Charca Monte dos Negrinhos de Cima 4	ABT.CH.T2.166	214	T	
167 - Charca Carregal Cimeiro 2	ABT.CH.T2.167	214	T	
168 - Charca Monte da Várzea do Linho 2	ABT.CH.T2.168	214	T	
169 - Charca Agua Branca de Cima	ABT.CH.T2.169	214	T	
170 - Charca Tojeiras de Cima 2	ABT.CH.T2.170	214	T	
171 - Charca Tojeiras de Cima 3	ABT.CH.M1.171	214	M	
172 - Charca Casal da Ameixoeira 2	ABT.CH.T2.172	214	T	
173 - Charca Abegoaria de Baixo	ABT.CH.T2.173	214	T	
174 - Charca Herdade de Cadouços 6	ABT.CH.T2.174	214	T	

175 - Charca Herdade de Cadouços 5	ABT.CH.T2.175	214	T	
176 - Charca Herdade de Cadouços 7	ABT.CH.M1.176	214	M	
177 - ETA Cabeça Gorda	ABT.RX.T2.177	320	T	

Fonte: GTF 2020

4.1.2.5 Metas e indicadores

Tabela 7 - Metas e indicadores das faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis

Código FGC	FGC	Meta	Área total (ha)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
				Indicador: Área interveniçnada (ha)									
1	Edificações integradas em espaços rurais	G e s t ã o d e C o m b u s t í v e l	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21	1.381,21
2	Aglomerados populacionais		3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77	3.358,77
3	Parques de Campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários		112,74	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85	92,85
4	Rede Viária Florestal		372,83	151,38	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52	263,70	260,52
5	Rede Ferroviária		95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22	95,22
6	Rede de Transporte de gás		34,24	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00	28,64	0,00
7	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão		347,45	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50	120,61	63,26	66,50
8	Rede Primária FGC		1.954,86	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06	448,95	1.302,85	203,06
9	Rede terciária de FGC												
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão		543,22	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60	191,51	92,54	19,60
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível												
12	Pontos de água		218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63	218,63
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão		262,83	102,35	93,82	2,20	102,41	93,82	2,20	102,41	93,82	2,20	102,41
14	Silvicultura no âmbito da DFCI												
Total			8.682,00	5.718,21	6.262,09	6.899,87	5.798,77	6.293,91	6.868,05	5.830,59	6.262,09	6.899,87	5.798,77

Tabela 8 - Metas e indicadores da rede viária

RVF	Meta	Indicadores mensuráveis (Km)									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1ª ordem	Manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª Ordem											
Rede Complementar		0	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Tabela 9 - Metas e indicadores dos pontos de água

Classe de pontos de água	Meta	Indicadores mensuráveis (Unidades)									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Terrestre	Manutenção	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0
Total		0	0	0	0	13	0	0	0	0	0

4.1.2.6 Orçamento e responsáveis

No que respeita ao orçamento, os valores propostos são apenas indicativos.

Tabela 10 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das FGC

Código FGC	FGC	Responsável	Área total (ha)	€/ha *	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
					Estimativa Orçamental (€)									
1	Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	1.381,21	525,00	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25	725.135,25
2	Aglomerados populacionais	Proprietários	3.358,77	525,00	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25	1.763.354,25
3	Parques de Campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	EG	112,74	525,00	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25	48.746,25
4	Rede Viária Florestal	EG	372,83	525,00	79.474,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00	138.442,50	136.773,00
5	Rede Ferroviária	IP Ferrovia	95,22	525,00	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50	49.990,50
6	Rede de Transporte de gás	REN	34,24	1.000,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00	28.640,00	0,00
7	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão	REN	347,45	1.000,00	66.500,00	120.610,00	63.260,00	66.500,00	120.610,00	63.260,00	66.500,00	120.610,00	63.260,00	66.500,00
8	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	ICNF	1.954,86	750,00	152.295,00	336.712,50	977.137,50	152.295,00	336.712,50	977.137,50	152.295,00	336.712,50	977.137,50	152.295,00
9	Rede terciária de faixas de gestão de combustível													
10	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em média tensão	E-Redes	543,22	525,00	10.290,00	100.542,75	48.583,50	10.290,00	100.542,75	48.583,50	10.290,00	100.542,75	48.583,50	10.290,00
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível													
12	Pontos de água	Proprietários	218,63	525,00	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75	114.780,75
13	Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em alta tensão	E-Redes	262,83	525,00	53.733,75	49.245,00	1.155,00	53.733,75	49.245,00	1.155,00	53.733,75	49.245,00	1.155,00	53.733,75
14	Silvicultura no âmbito da DFCI													
Total			8.682,00		3.092.940,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75	3.476.199,75	3.928.916,00	3.151.908,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75

*Considerados os valor previstos pelo ICNF/FFP - FIC: Abertura 750€/ha e Manutenção 525€/ha; valores meramente indicativos. No caso da REN é considerado um valor de 1000€/ha

Tabela 11 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária

RVF	Responsável	€/Km*	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
			Com intervenção (50Km)									
1ª Ordem												
2ª Ordem	Município	1.150		9.679		9.679		9.679		9.679		9.679
3ª Ordem	Município	1.150		47.821	57.500	47.821	57.500	47.821	57.500	47.821	57.500	47.821
Total (€)				57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500	57.500

*Considerado o valor previsto na portaria n. 226/2019 de 19 de Julho; valores indicativos.

Tabela 12 - Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água

				Estimativa de Orçamento (€)									
Classe de pontos de água	Responsáveis	Reservatórios DFCI	€/unid*	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Terrestre	Município	13	1500	0	0	0	0	19500	0	0	0	0	0
Total				0	0	0	0	19.500	0	0	0	0	0

*Valor indicativo para a manutenção total de cada tanque DFCI - inclui obras de manutenção, limpeza e pintura

Tabela 13 - Estimativa total de orçamento - 1º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2021-2030)

Estimativa Orçamental (€)										
1.º Eixo	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FGC	3.092.940,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75	3.476.199,75	3.928.916,00	3.151.908,25	3.445.890,25	3.959.225,50	3.121.598,75
RVF	0,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00
RPA	0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (€)	3.092.940,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75	3.553.199,75	3.986.416,00	3.209.408,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75

4.2. - 2º Eixo Estratégico – Redução da Incidência dos Incêndios

Neste eixo considera-se que o objetivo estratégico é educar e sensibilizar as populações e melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações. Os objetivos operacionais passam por sensibilizar os vários segmentos populacionais analisados através da implementação de

campanhas adequadas e fiscalizar metodicamente áreas prioritárias consideradas mais críticas, considerando a identificação das principais causas e motivações de incêndio.

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção. A prevenção deve ser entendida como o conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Atua em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. O objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio. Uma vez que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e casualidade e a cartografia do risco de incêndios.

Objetivos estratégico

- Sensibilização e educação das populações
- Melhoraria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos operacionais

- Sensibilização da população,
- Sensibilização e educação escolar,
- Fiscalização

Ações

- Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação
- Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar
- Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos que lhe estão na origem

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental, assumindo responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras e eliminando comportamentos de risco.

A tabela 14 apresenta, os comportamentos de risco e os seus impactos e danos para o concelho de Abrantes, estes dados têm como alicerce as ocorrências de 2020.

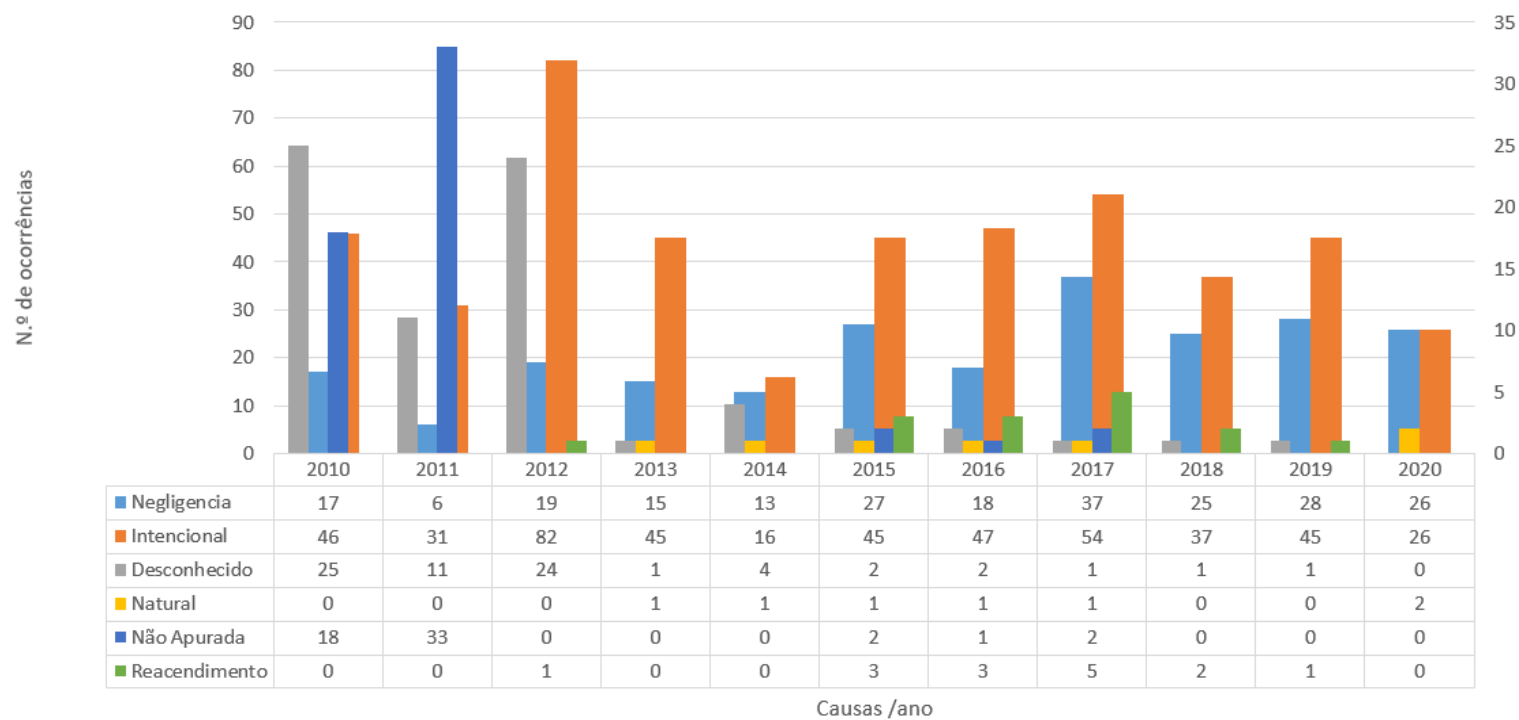
O gráfico seguinte apresenta, os comportamentos de risco e os seus impactos e danos para o concelho de Abrantes, a década 2010 - 2020, contudo, devido ao grande número de ocorrências com causas indeterminadas as ações de sensibilização a realizar serão abordados outros comportamentos de risco tais como: fumigação, deposição de lixo, renovação de pastagens, utilização de máquinas agrícolas e florestais, etc.

Tabela 14 - Comportamentos de risco – diagnóstico 2020

Diagnóstico - resumo 2020								
Grupo-Alvo	Comportamento de Risco				Impactos e danos			
	O quê?	Como?	Onde (freguesia/local)?	Quando?	N.º ocorrências	Área ardida (ha)	Danos	Custos
Público em geral	Negligência no Uso do Fogo	Realização de queimas / Fogueiras / Fumadores	Diversas freguesias	Período Crítico	17	380	Floresta, agricultura e matos	----
Público em geral	Incêndiarismo / Vandalismo	Aparecimento de pequenos focos incêndio	Diversas freguesias	Período Crítico	26			
Transportes e comunicações	Negligência	Árvores em contacto com as linhas eléctricas / Caminho de ferro	Diversas freguesias	Período Crítico	3			
Empresas de exploração florestal	Negligência	Utilização de maquinaria e equipamento florestal	Diversas freguesias	Período Crítico	4			

Fonte: ICNF/ SGIF 2020

Gráfico 4 – Causas dos incêndios (2010-2020)



Fonte: ICNF/ SGIF 2020

4.2.1.2. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área da DFCI

A capacidade de fiscalização entronca, necessariamente, num conjunto de medidas e atitudes que se prendem, entre outras, com a integração e coordenação ao nível de uma entidade altamente profissional e competente, de todas as ações de fiscalização, tendo por base o conhecimento local das comunidades.

Para que ocorra uma fiscalização eficaz é necessário definir áreas de atuação, grupos alvos, período de atuação, bem como desenvolver atividades em função dos comportamentos de risco presentes no Concelho.

Cumpra à GNR/SEPNA em Sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, definir as estratégias de vigilância e fiscalização deste plano.

Assim, a Guarda Nacional Republicana (GNR) realiza, anualmente, em todo o território nacional, e em particular no Distrito de Santarém, a operação “Floresta Segura”, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS). Esta operação, integra várias fases, desde o planeamento e execução de ações de sensibilização e de fiscalização, no que diz respeito às faixas de gestão de combustível, até ao reforço de patrulhamento e vigilância, para prevenir comportamentos de risco, assim como detetar e combater incêndios rurais, com a finalidade de garantir a segurança das populações e do seu património e salvaguardar o tecido florestal nacional.

Neste sentido, a GNR, em coordenação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) irá, junto das populações, produtores florestais, comunidades escolares e agricultores, promover ações de sensibilização, com o intuito de alertar para a importância dos procedimentos preventivos a adotar, nomeadamente sobre o uso do fogo em queimas e queimadas, a limpeza e remoção de matos, a manutenção das faixas de gestão de combustível e a adoção de medidas de proteção dos aglomerados e de autoproteção.

Tabela 15 - Inventariação de autos e processos instruídos

Anos	Número de Autos
2018	68
2019	113
2020	78

FONTE: GTF/SMPC

4.2.2. Planeamento das Ações referentes ao 2º Eixo

Todas as ações de educação e sensibilização têm como objetivo fundamental a redução do número de ocorrências, deverão ser definidas e organizadas em termos de ações, metas e indicadores, com a respetiva orçamentação para cada uma delas, para que se possa mais tarde avaliar o custo/benefício de cada uma das ações.

4.2.2.1. Sensibilização

Tabela 16 - Proposta das ações de sensibilização

	Objetivos Operacionais	ACÇÃO	Indicadores									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Sensibilização da população	Sensibilização da população em geral	Uso correcto do fogo	Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as freguesias; distribuição de material de divulgação de campanhas de sensibilização municipais e nacionais. Colocação de cartazes nas vias de entrada de todas as freguesias, elaboração e distribuição de cartazes e folhetos com a divulgação de medidas preventivas. Divulgação da informação em todos os meios de comunicação municipais, nos veículos municipais e no aBusa.									
		Responsabilidade das diferentes entidades na DFCI										
		Realização de Queimas e Queimadas										
	Sensibilização de grupos específicos da população	Uso correcto do fogo										
Sensibilização e educação escolar	Comunidade Escolar / Jovens	Operadores de máquinas agrícolas e florestais, com má utilização destes equipamentos e sem os dispositivos de Segurança.										
		Importância da Floresta e Prevenção de Incêndios rurais										
		Prevenção ambiental										
		Medidas de segurança perante um incêndio rural										
		Atividades no dia Mundial da Floresta e dia da Criança										

O plano de sensibilização assenta em três vetores de atuação:

1. Sensibilização do público generalista (vacionado para a população urbana) - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com a deposição de lixo no interior das manchas florestais; e com a queima de lixos em zonas de interface urbano florestal;

2. Sensibilização de grupos específicos da população (vocacionado para a população rural) - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com o uso incorreto do fogo e utilização de maquinaria e equipamento.

3. Sensibilização da população escolar - A médio/longo prazo a solução para o problema das ocorrências passará principalmente por educar, sensibilizar e informar a população escolar sobre a importância da floresta, sobre a problemática dos incêndios e a promoção do uso correto do fogo e dos equipamentos.

Qualquer ação de sensibilização desenvolvida ao nível do concelho terá o apoio do SMPC/GTF e poderá contar com qualquer agente da CMDF. Deve respeitar as ideias - chave do ICNF para assim haver uma uniformização da ideia a transmitir.

Anualmente são realizadas campanhas de sensibilização (Figura 19 e Figura 20) cuja estratégia de divulgação é:

- Publicação da campanha no Passos do Concelho
- Publicação da campanha nos meios de comunicação locais (jornais e rádios)
- Outdoors em todas as freguesias
- Mupis publicitários
- Flyers
- Cartazes
- Publicidade nas viaturas municipais
- Publicidade na Fatura da água
- Rede multibanco

Figura 19 – Imagens das Campanhas de Sensibilização





Figura 20 – Cartazes e ações de Sensibilização





Limpe os seus terrenos até 15 de março

A sua vida não é um brinquedo, previna-se agora!

Proteja a sua casa

- Ter uma faixa pavimentada de 1 a 2m à volta do edifício.
- Remover o mato em volta da habitação e manter essa faixa limpa.
- As copas das árvores e dos arbustos devem estar afastados, no mínimo, 5m da edificação e nunca se projetarem sobre os telhados.
- A distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4m.
- Deve proceder à desramação das árvores até aos 3m de altura.
- Manter os sobrados de exploração agrícola ou florestal fora da faixa de 50m em redor da habitação.
- Manter botijas de gás e outras substâncias inflamáveis ou explosivas o mais de longe da habitação ou em compartimentos isolados.
- Manter pilhas de lenha afastadas da habitação (a mais de 50m) ou em compartimento isolado.
- Mantenha uma faixa de 10m sem matos de cada lado do caminho de acesso à sua habitação.
- Mantenha o telhado e as caldeiras da sua habitação limpas de caruma, folhas ou ramos.
- Coloque uma rede de retenção de faúlhas nas chaminés.
- Em caso de incêndio feche portas e janelas.

É obrigatório!

De acordo com a Lei do Orçamento de Estado até 15 de março:

- A limpeza de uma faixa, não inferior a 50m de largura em redor das habitações, estaleiros, armazéns e outras edificações.

De acordo com o Decreto Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, até 30 de abril:

- A limpeza de uma faixa, não inferior a 100m de largura em redor dos aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários (definidos no PMDFCI).
- A limpeza de uma faixa, não inferior a 10m junto da rede viária.



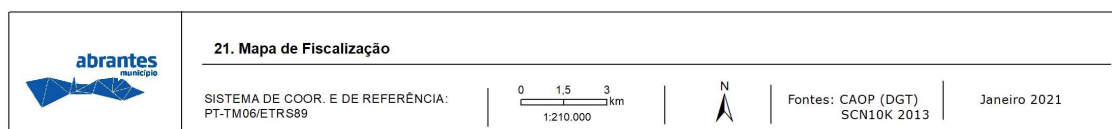
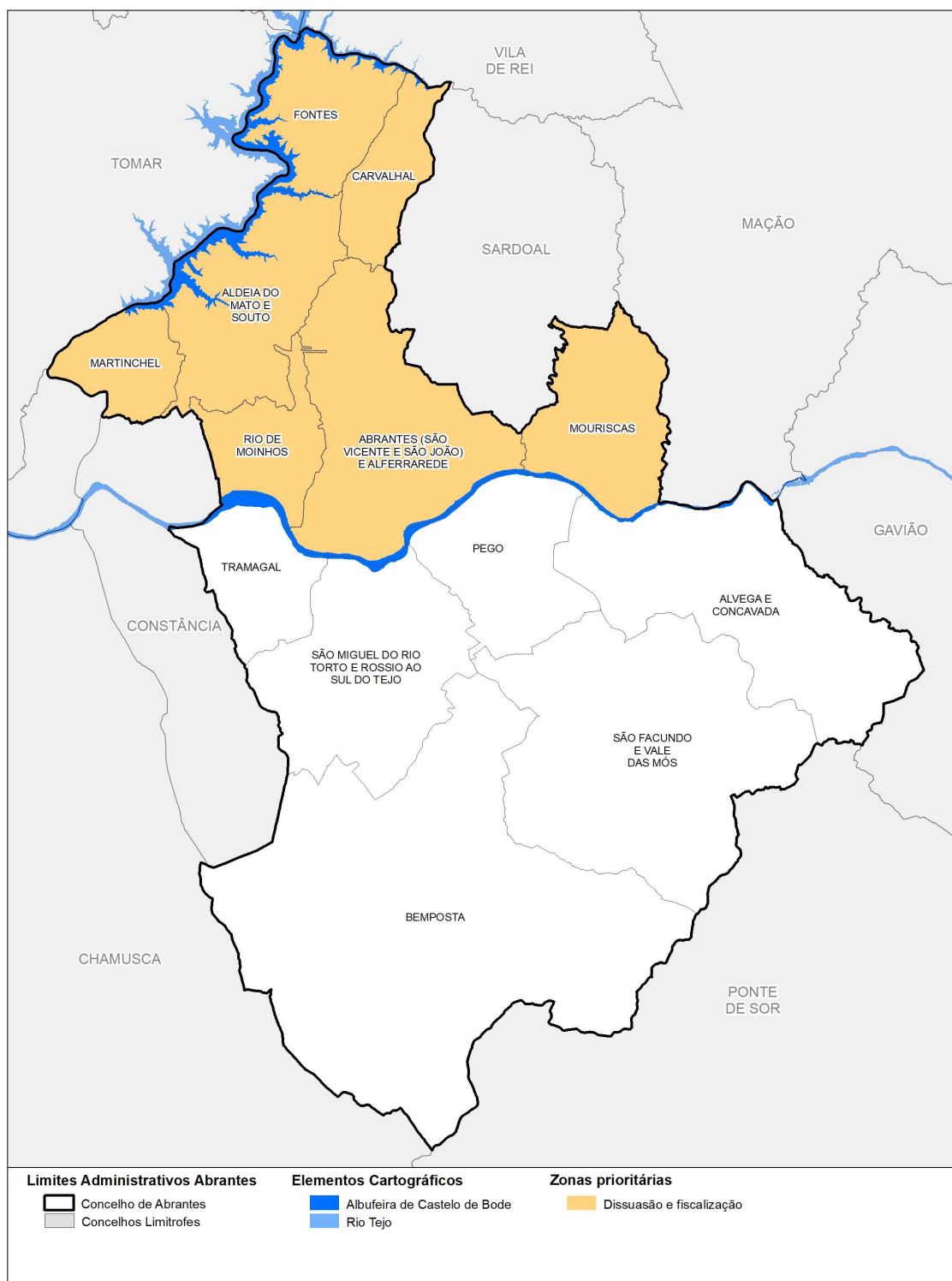
Mais info em www.cm-abrantes.pt

Serviço Municipal de Proteção Civil
T.241 330 100 (tecla 1 seguido de tecla 4) | smpc@cm-abrantes.pt

4.2.2.2. Fiscalização

A fiscalização deve incidir sobre toda a área florestal, mas a sua intensificação deverá ser implementada nas freguesias com maior risco de incêndio (freguesias a norte do rio Tejo), maior n.º de ocorrências e nas freguesias prioritárias que são definidas anualmente por portaria.

Figura 21 – Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização



4.2.2.3. Metas e indicadores

Tabela 17 - Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas

Metas e Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Realização de ações de sensibilização/esclarecimento (Freguesias, Assembleias Gerais de ZIF, Empresas, outras entidades)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Campanhas de Sensibilização Municipal (Anual)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sessão "Importância da Floresta e Prevenção de Incêndios Rurais" aos alunos do 4.º Ano - PSP/GNR/SMPC/GTF (9 escolas básicas - anual)	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Participação no Dia Mundial da Floresta e da Árvore	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Participação noutras actividades escolares	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 18 - Orçamentação das ações de sensibilização previstas

Metas e Indicadores	Responsável	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Realização de ações de sensibilização/esclarecimento (Freguesias, Assembleias Gerais de ZIF, Empresas, outras entidades)	CMA	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €	500 €
Campanhas de Sensibilização Municipal (Anual)	CMA	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €	3.000 €
Sessão "Importância da Floresta e Prevenção de Incêndios Rurais" aos alunos do 4.º Ano - PSP/GNR/SMPC/GTF (9 escolas básicas - anual)	PSP/GNR/CMA	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €	900 €
Participação no Dia Mundial da Floresta e da Árvore	CMA	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €
Participação noutras actividades escolares	CMA	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €	100 €
Total/Ano (€)		4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €

4.3. - 3º Eixo Estratégico - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios

Neste capítulo define-se a organização e a gestão de um dispositivo de mobilização preventiva de meios, tendo em conta a disponibilidade dos recursos de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este perigo poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

É elaborada uma definição prévia das formas de atuação e comunicação e o levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, o que deverá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta aos incêndios florestais.

Prevê-se a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de primeira intervenção, sendo ainda necessário atender ao reforço da sua capacidade e também ao reforço do ataque ampliado, quando necessário, e à melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam este eixo estratégico de ação teve-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I) e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI) (Caderno II).

Objetivo estratégico

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
- Adequação da capacidade de 1.ª intervenção.
- Melhorar a eficácia e vigilância pós-incêndio.

Objetivo operacionais

- Estruturação e gestão da vigilância e deteção como um sistema integrado.
- Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção
- Garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão

Ações

- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes.
- Definição de sectores territoriais DFCl e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio
- Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção
- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.

4.3.1. Avaliação

4.3.1.1. Vigilância e deteção

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. Os Postos de Vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

No concelho de Abrantes existem dois postos de vigia pertencentes à Guarda Nacional Republicana (SEPNA), que fazem parte da Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) o PV56-05 – Medroa/Abrantes (indicativo de rádio Apolo 14.05) e PV56-07 – Sanheira/Abrantes (indicativo de rádio Apolo 14.07). A elaboração do mapa de visibilidade foi realizada com recurso ao software da ESRI ArcGis e o comando *visibility* com a opção *observers*, obtendo-se, assim, um ficheiro que descreve o número de postos de vigia e o número de Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) que avistam cada célula. À tabela do ficheiro de pontos (em vetorial) foram associados os campos spot, offset A e offset B. Foram tidos em conta os dois postos de vigia concelhios e três nos concelhos limítrofes (TOMAR: 56-08; SARDOAL: 56-02; GAVIÃO: 64-03) e os 30 LEE definidos no âmbito do POM.

Tabela 19 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo (2015-2020)

	NÍVEL	Período	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
			N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*	N.º Incêndios	N.º Equipas*
Fases de Perigo	Permanente - Nível I	1 Janeiro - 14 Maio	19	1	7	1	20	1	30	1	8	1	3	1
	Reforçado - Nível II	15 Maio - 31 de Maio	11	2	1	2	2	2	1	2	5	2	2	2
	Reforçado - Nível III	1 Junho - 30 Junho	13	3	5	3	25	3	3	3	16	3	7	3
	Reforçado - Nível IV	1 Julho - 30 Setembro	54	6	73	6	63	6	46	7	63	15	46	16
	Reforçado - Nível III	1 Outubro - 15 Outubro	1	2	1	2	10	2	4	2	2	2	3	2
	Reforçado - Nível II	16 Outubro - 31 Outubro	1	1	2	1	8	1	1	1	0	1	0	1
	Permanente - Nível I	1 Novembro - 31 Dezembro	5	1	6	1	7	1	3	1	0	1	3	1

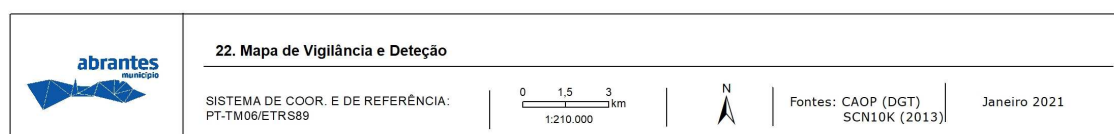
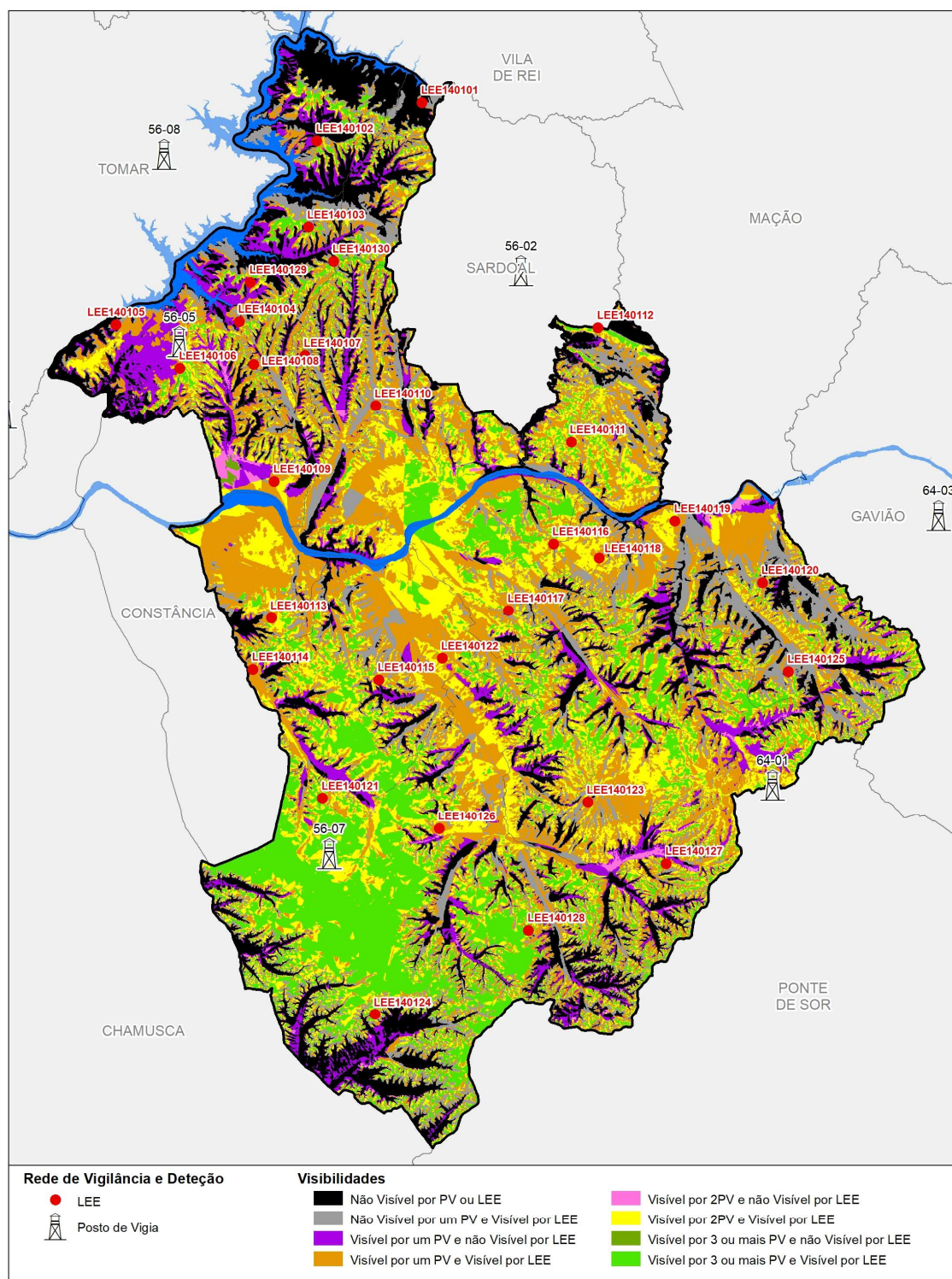
* Todas as equipas são enumeradas e atualizadas anualmente no POM; neste quadro apenas foram contabilizadas BVA; eSF, Kit's Juntas.

Na figura 22 apresentam-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia. A localização dos LEE foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção eficaz.

A análise da figura seguinte foram identificadas as áreas ocultas que se localizam principalmente no fundo de vales e na zona a norte do concelho, na fronteira com Vila de Rei. São estas áreas que deverão merecer maior atenção aquando da vigilância móvel e alocação de meios nos dias de alerta mais elevado. A garantia que a totalidade da área está vigiada e que a 1.ª Intervenção será realizada no mínimo tempo possível e estará definida anualmente no POM.

Na tabela 19 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Abrantes, para os últimos 5 anos. O N.º de Equipas disponíveis para deteção e 1.ª Intervenção tem aumentado nos últimos anos o que garante uma melhoria significativa.

Figura 22 – Vigilância e deteção



A vigilância terrestre móvel é um complemento da rede de vigilância fixa. Através da articulação, no terreno, de elementos da Câmara Municipal (SMPC/GTF), das Juntas de Freguesia, dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais e da GNR, os circuitos de vigilância móvel é desenhada e articulada ao nível do município segundo áreas de intervenção preferencial de atuação e onde cada entidade interveniente assegura, em permanente ligação com as restantes, a vigilância da sua área (atualização e informação anual – POM).

4.3.1.2 1ª intervenção

O número de equipas e elementos que asseguram a 1ª Intervenção são determinantes para garantir a eficácia das ações de contenção e supressão de incêndios florestais. Todas as equipas, sua localização são descritas e atualizadas no POM.

Pela análise da tabela, constata-se que o índice entre o n.º de incêndios e o número de equipas com meios de 1ª Intervenção atingiu o valor máximo no nível IV – reforçado (1 de julho a 30 de setembro). Estes valores revelam a importância de garantir a operacionalidade do máximo número de equipas possível durante o período crítico.

Tabela 20 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo (2015-2020)

	NÍVEL	Período	2015			2016			2017			2018			2019			2020		
			N.º Incêndios	N.º Equipas*	n.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas*	n.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas*	n.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas*	n.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas*	n.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas*	n.º Elementos
Fase de Perigo	Permanente - Nível I	1 Janeiro - 14 Maio	19	1	5	7	1	5	20	1	5	30	1	5	8	1	5	3	1	5
	Reforçado - Nível II	15 Maio - 31 de Maio	11	2	10	1	2	10	2	2	10	1	2	10	5	2	10	2	2	10
	Reforçado - Nível III	1 Junho - 30 Junho	13	3	12	5	3	12	25	3	12	3	3	12	16	3	12	7	3	12
	Reforçado - Nível IV	1 Julho - 30 Setembro	54	6	27	73	6	27	63	6	27	46	7	32	63	15	53	46	16	56
	Reforçado - Nível III	1 Outubro - 15 Outubro	1	2	10	1	2	10	10	2	10	4	2	10	2	2	10	3	2	10
	Reforçado - Nível II	16 Outubro - 31 Outubro	1	1	5	2	1	5	8	1	5	1	1	5	0	1	5	0	1	5
	Permanente - Nível I	1 Novembro - 31 Dezembro	5	1	5	6	1	5	7	1	5	3	1	5	0	1	5	3	1	5

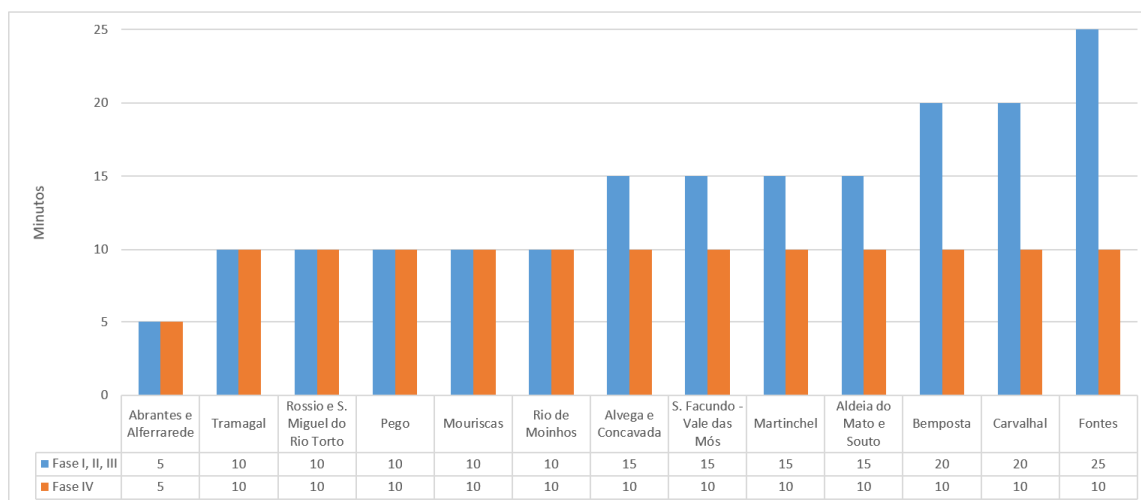
* Todas as equipas enumeradas anualmente no POM; neste quadro apenas foram contabilizadas BVA, eSF, Kit's Juntas

A figura 23 representa o potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção, desde que é dado o alerta até a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações. Este estudo foi elaborado com base na informação da rede viária florestal à qual foi atribuída a velocidade média para uma viatura de combate a incêndios florestais tipo VFCl / VRCl de acordo com as orientações publicadas pelo ICNF no “Guia Técnico para a elaboração do - PMDFCl”, como pontos de saída foram considerados todos o LEE e a sede do corpo de bombeiros. O mapa 23 deve ser interpretado em função da existência permanente de equipas nos respetivos locais de saída.

No mapa podem ver-se os tempos de percurso a partir da sede do corpo de bombeiros e de todos os LEE. É na zona sul que se localizam as áreas onde o tempo de percurso para serem alcançadas é

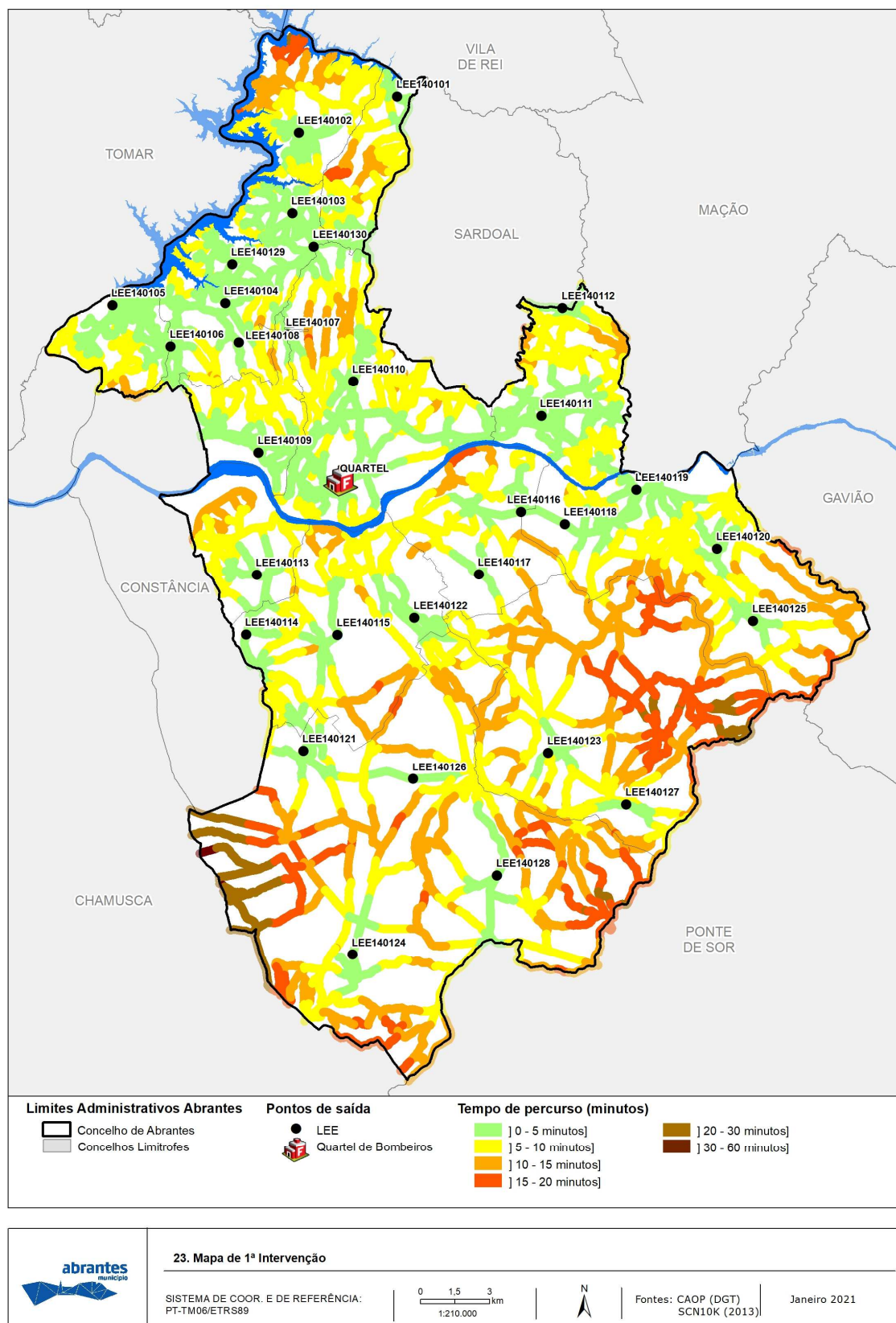
maior. No entanto no gráfico seguinte, podemos verificar que , de acordo com o definido anualmente no POM, durante as fases III e IV as Equipas de 1.ª Intervenção estacionam nos LEE definidos o que permite uma rápida intervenção.

Gráfico 5 – Tempos de chegada das equipas de 1.ª Intervenção nas diferentes fases



FONTE: GTF - 2020

Figura 23 – 1ª Intervenção



Os fatores de sucesso intrínsecos à 1ª Intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e guarnecidos por elementos com a formação adequada.

As ações de 1ª Intervenção, numa organização de cariz municipal deverão, assim, ser desenvolvidas prioritariamente pelos agentes que, posicionados no terreno, colaborando nas ações de vigilância e deteção, possuam capacidade de atuação e se encontrem mais próximos do início das ignições, nomeadamente os Bombeiros, as Equipas de Sapadores Florestais, Equipas dos Kit's de 1.ª Intervenção das Juntas de Freguesia e outros Agentes (privados) presentes no terreno.

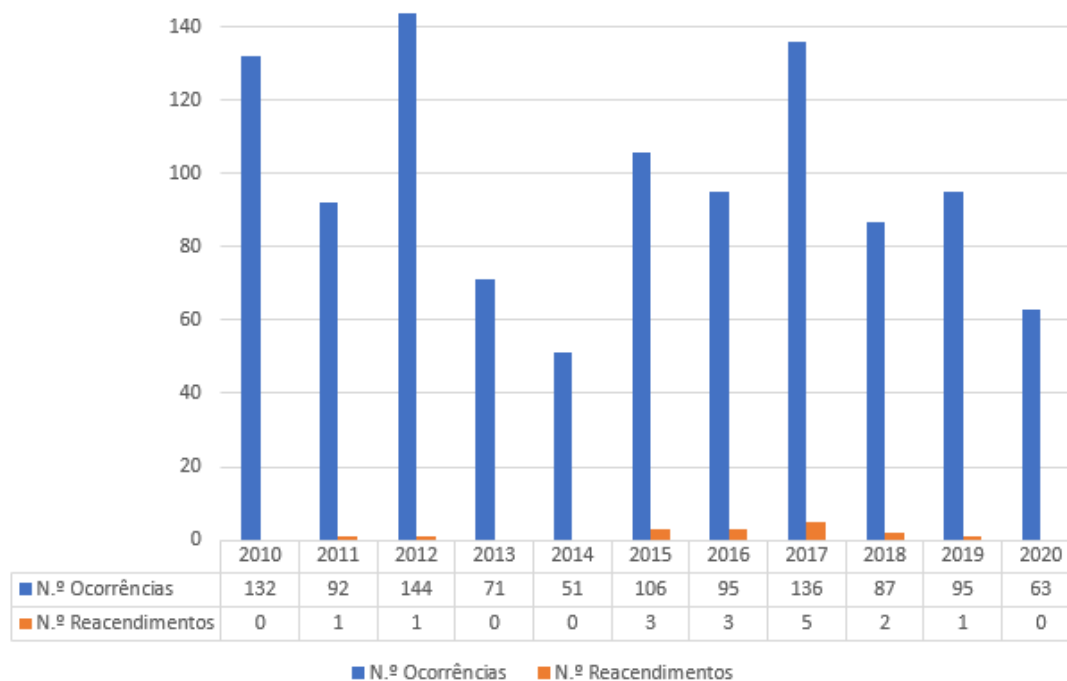
Assim, anualmente o Plano Operacional Municipal (POM), descreve e atualiza os procedimentos adotados por cada entidade interveniente no processo, as suas áreas de intervenção, locais estratégicos de posicionamento, entre outros, em cada fase do dispositivo. Pretende-se contribuir para que a capacidade de resposta face a uma emergência, provocada por um incêndio florestal, seja mais rápida e mais eficaz e que todos os intervenientes se encontrem articulados e coordenados em todas as situações.

4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós incêndio

O rescaldo é uma fase crucial do combate, pelo que o responsável da operação tem de garantir a sua correta e eficaz execução, devendo ser efetuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

A vigilância pós rescaldo deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presente no Teatro de Operações (TO), de modo a poder ser possível intervir rapidamente em situação de eventuais reacendimentos. Havendo no terreno Equipas de Sapadores Florestais e/ou outras equipas e desde que requisitados pelo Comandante de Operações de Socorro (COS) estes, garantirão a vigilância pós rescaldo, até que se certifique não existirem sinais de atividade de combustão.

Gráfico 6 – Número de reacendimentos (2010-2020)



FONTE: SGIF/ICNF - 2020

4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3º eixo

4.3.2.1. Metas e indicadores

Tabela 21 - Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Níveis de Prontidão	Ação	Metas	Responsáveis	Unidades	Indicadores									
					2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
TODOS	Vigilância e deteção	% de deteções pelos postos de vigia	GNR	%	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75
		% de deteções pelas equipas de DFCI	GNR, Kit’s JF e eSF	%	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Reforçado - Nível II; Nível III e Nível IV (15 mai- 31 Outubro)	Primeira intervenção	Constituição de Equipas de Combate a Incêndio (ECIN) e Equipas de Apoio Logístico (ELAC)	ANEPC / AHBVA	N.º equipas	Manter n.º de Equipas									
		Equipa de Intervenção Permanente (EIP)	AHBVA	Tempo para 1.ª Intervenção	<10 min em 95% das ocorrências nos sectores adstritos									
		Constiutuição de Equipas 1.ª Intervenção das Juntas de Freguesia	Kit’s JF	N.º de Ocorrências	<60					< 50				
		Equipas de Sapadores Florestais	AAACSM	N.º grandes incêndios	Garantir que 95% das ignições não evoluem para grandes incêndios									
	Combate	Disponibilização de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	AHBVA	Área ardida (ha)	< 200ha									
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Disponibilização de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	AHBVA	Nº de reacendimentos	< 2					0				
		% de deteções de reacendimentos pelos postos de vigia	GNR	%	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		% de deteções de reacendimentos pelas equipas DFCI	Equipas de DFCI	%	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

4.3.2.2. Orçamento e responsáveis

Tabela 22 - Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Ação	Responsáveis	Metas e Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Vigilância, Deteção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós incêndio	CMA	Protocolo anual com AHBVA	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000	600.000
		Protocolo anual com AHBVA - EIP	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000
		Protocolo anual com as juntas de freguesia	80.000	100.000	120.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000
		Protocolo com AAACSM	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000
	AAACSM	AAACSM - 4 Equipas de SF	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142	73.142
	GNR	GNR	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	AAACSM	eSF	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	Total (€)		828.142	848.142	868.142	888.142	888.142	888.142	888.142	888.142	888.142	888.142

4.4. - 4º Eixo Estratégico - Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

O objetivo estratégico deste eixo é o de recuperar e reabilitar os ecossistemas, os objetivos operacionais são a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e a implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos. O primeiro encontra-se relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas, enquanto o segundo, de médio prazo, está dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo estratégico

- Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivo operacionais

- Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo

Ações

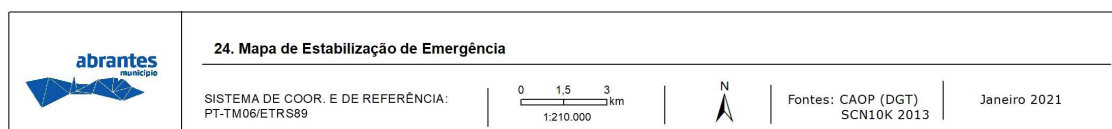
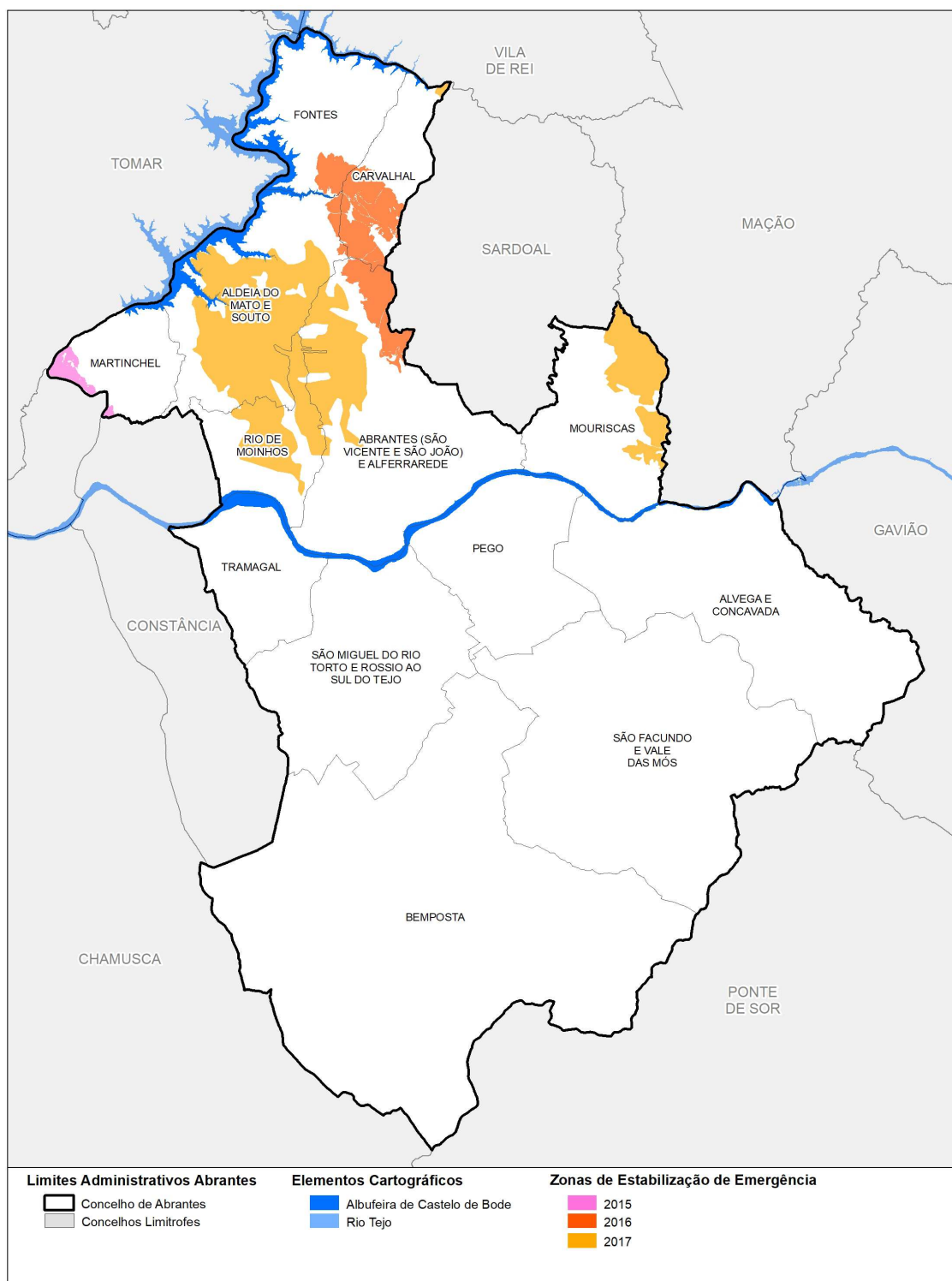
- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infra estruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de Emergência

Durante os últimos anos e como consequência de grandes incêndios que assolaram o território do município, foram realizados três projetos de recuperação de áreas ardidas (Figura 24), nomeadamente: 2015 – Martinchel; 2016 – Fontes, Carvalhal e UF de Abrantes e Alferrarede e mais recentemente 2017 – UF Aldeia do Mato e Souto e Martinchel e Mouriscas.

Figura 24 – Mapa de Estabilização de Emergência – 2015, 2016 e 2017



4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats

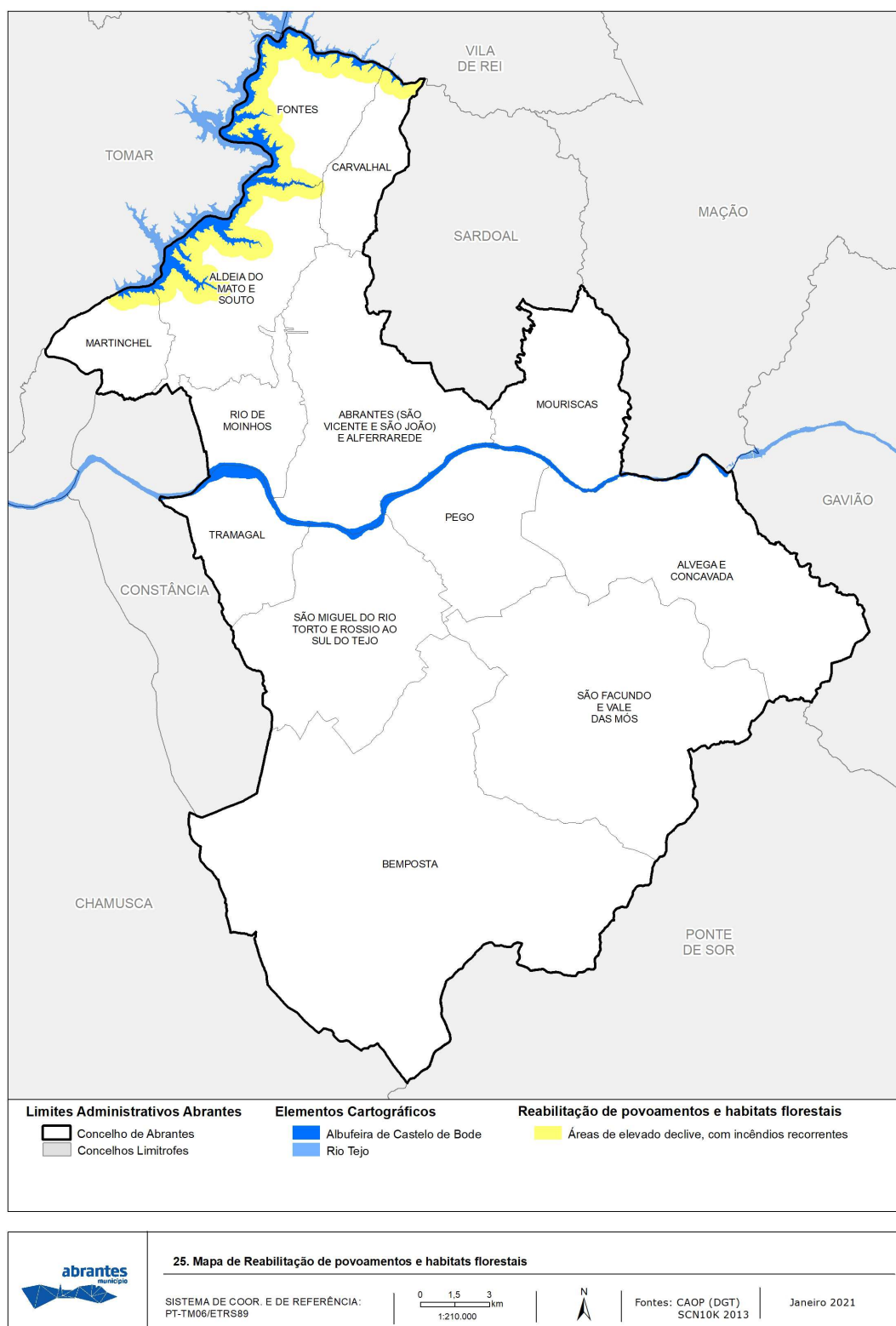
A reabilitação de povoamentos e de habitats florestais está diretamente relacionado com a ocorrência de incêndios florestais. Assim, após um incêndio deve aproveitar-se a possibilidade de requalificar os espaços florestais de acordo com os bons princípios de gestão florestal e de DFCI.

Considerámos os seguintes objetivos: conservação de espécies e habitats florestais e proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras.

Para o Concelho de Abrantes, consideramos que as áreas com maior necessidade de reabilitação e conservação são as áreas inseridas no POACB – Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo de Bode que são áreas de elevado declive, com incêndios recorrentes e de difícil acesso. Trata-se de uma área de turismo e lazer, em que é necessário garantir a sustentabilidade e a proteção dos habitats e povoamento florestais aí existentes, de modo a garantir a qualidade dos recursos naturais existentes, em particular a água (Figura 25). Para além destas áreas devemos ter em atenção as encostas do Rio Zêzere, que apresentam um elevado declive e, consequentemente, um maior risco de erosão.

As áreas de proteção da regeneração natural e de controlo de espécies invasoras, atualmente no concelho são locais que não apresentam uma expressão significativa e a sua dimensão é tão reduzida que impossibilita a sua realização cartográfica.

Figura 25 – Reabilitação de povoaamentos e habitats florestais



4.4.2. Planeamento das Ações Referentes ao 4º eixo

4.4.2.1. Estabilização de Emergência

Não estão previstas ações de estabilização de emergência, contudo considerando que o plano vigorará por 10 anos devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período poderá ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo, intervenções a nível de conservação da rede viária florestal e nas infra estruturas hidráulicas, bem como indicar os seus responsáveis e participantes.

Definição: Estabilização de emergência pós-incêndio – Conjunto de operações previstas para áreas onde um incêndio florestal tenha ocorrido e conste dos Relatórios de estabilização de emergência ou de um plano de intervenção elaborado pelo ICNF, I.P.

4.4.2.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

No âmbito da reabilitação de povoamentos e habitats, é urgente a erradicação de espécies invasoras como a *Hakea sericea* e *Acacia dealbata* que estão disseminadas, um pouco, por todo o concelho como consequência dos recorrentes incêndios. A responsabilidade da intervenção é particular e localizada, assim, o planeamento destas intervenções deverá ser realizado nos Planos de Gestão Florestal (PGF).

4.5. - 5º Eixo Estratégico - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

Pretende-se com o descrito nos eixos estratégicos anteriores uma integração dos esforços dos múltiplos intervenientes e agentes envolvidos na defesa da floresta como objetivo de os concretizar.

É necessária uma forte componente de liderança, motivação e conhecimento para que de uma forma eficaz seja possível a concretização de um comando único, com uma coordenação e cooperação conjunta nos teatros de operações e nas ações de planeamento.

Com a implementação de uma estrutura funcional e eficaz, capaz de atingir os objetivos preconizados neste plano, poder se à contribuir entre outras para:

- Eliminar as deficientes ligações entre as funções de prevenção e as funções de proteção e socorro.

- Potenciar os recursos tanto humanos com a nível de equipamentos para uma adequada capacidade de intervenção na supressão de incidentes.

O nível distrital constitui-se como um patamar de comando operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu distrito com reflexo a nível nacional.

Objetivo estratégico

- Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Objetivo operacionais

- Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico

Ações

- Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações
- Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI
- Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM
- Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF
- Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de Abril
- Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

4.5.1. Avaliação

4.5.1.1. Formação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, na tabela 22 elencamos a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade.

Tabela 22 - Necessidades de formação

Tipo de Formação	Entidade a formar	Nº de Elementos
Coordenação	Câmara Municipal	3
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	3
	Juntas de Freguesia	39
	Equipas de sapadores Florestais	20
	Forças militares	A indicar pela entidade
	Privados	Mediante inscrição
	GNR	Sem dados
Combate	Bombeiros	(+/-) 70
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	Os referidos anteriormente
	Juntas de Freguesia	
	Equipas de sapadores Florestais	
	Bombeiros	

4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5º eixo

4.5.2.1. Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Tabela 23- Entidades Responsáveis pelas Ações

Eixos Estratégicos	Entidades intervenientes com competência de coordenação e competências na implementação das ações											
	Município	ICNF	Proprietários	EDP	IP	REN	EDP	PSP	GNR	AAACSM	AHBVA	JF
1.º Eixo estratégico	X	X	X	X	X	X	X					
2.º Eixo estratégico	X	X						X	X	X	X	X
3.º Eixo estratégico	X	X						X	X	X	X	X
4.º Eixo estratégico	X	X	X							X		X
5.º Eixo estratégico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

4.5.2.2. Formação

Tabela 24 - Programa de formação para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFCI (2021-2030)

			Orçamento €									
Tipo de Formação	Entidade a formar	Nº de Elementos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Coordenação	Câmara Municipal	3	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	3	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
	Juntas de Freguesia	39	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900	3.900
	Bombeiros	(+/-) 70	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Equipas de sapadores Florestais	20	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Forças militares	A indicar	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Proprietários	A indicar	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	GNR	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros; Sapadores Florestais	(+ -) 70	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	Os referidos anteriormente	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Juntas de Freguesia		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Bombeiros		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Equipas de sapadores Florestais		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Total (€)		4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950	4.950

*Englobado no valor da vigilância, deteção e 1ª intervenção

4.5.2.3. Atividade da CMDF

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é elaborado para um período de 10 anos (2021-2030), contudo este apresenta um carácter dinâmico podendo ser atualizado sempre que seja necessário.

De modo a ser possível efetuar a sua monitorização todas as entidades envolvidas deverão enviar a informação referente à execução da sua responsabilidade para o GTF até ao final de janeiro do ano seguinte. A monitorização do PMDFCI será apresentada até ao dia 15 de Abril de cada ano quando a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprova o (POM) Plano Operacional Municipal.

Tabela 25 - Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta

1.º trimestre do ano	Aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) e monitorização do PMDFC referente ao ano anterior.
2.º trimestre do ano	Apresentação do balanço do DFCI
Sempre que justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas.	

4.5.2.4. Aprovação do Plano Operacional Municipal

O POM tem de ser apresentado e aprovado à CMDFCI até dia 15 de Abril, de cada ano. De modo a ser possível a sua elaboração, todas as entidades enviam os meios e recursos que têm disponíveis para a época de incêndios até dia 15 de Março.

Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.

5. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI

Tabela 26 - Estimativa de orçamento do PMDFCI (2021-2030)

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento total (euros)										Total do Eixo
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
1º Eixo estratégico	3.092.940,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75	3.553.199,75	3.986.416,00	3.209.408,25	3.503.390,25	4.016.725,50	3.179.098,75	35.240.393,25
2º Eixo estratégico	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	4.600,00	46.000,00
3º Eixo estratégico	828.142,00	848.142,00	868.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	888.142,00	8.761.420,00
4º Eixo estratégico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5º Eixo estratégico	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	4.950,00	49.500,00
Total / ano	3.930.632,25	4.361.082,25	4.894.417,50	4.076.790,75	4.450.891,75	4.884.108,00	4.107.100,25	4.401.082,25	4.914.417,50	4.076.790,75	44.097.313,25

6. Lista de Distribuição

- 0 Gabinete Técnico Florestal (GTF)
- 1 Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
- 2 Câmara Municipal de Abrantes (CMA)
- 3 ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)
- 4 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)
- 5 Guarda Nacional Republicana (GNR)
- 6 Polícia de Segurança Pública (PSP)
- 7 Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação (AAACSM)
- 8 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes (AHBVA)
- 9 RAME - Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME)
- 10 AFOCELCA
- 11 The Navigator Company
- 12 Altri Florestal
- 13 EDP Distribuição – Energia S.A.
- 14 REN Serviços S.A.
- 15 Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP)
- 16 Centro Distrital de Operações de Socorro de Santarém (CDOS)
- 17 IMT - Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P.
- 18 Cruz Vermelha Portuguesa
- 19 Entidades Gestoras de ZIF
- 20 MeteoAbrantes
- 21 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)
- 22 União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede
- 23 União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto
- 24 União de Freguesias de Alvega e Concavada
- 25 Freguesia da Bemposta
- 26 Freguesia do Carvalhal
- 27 Freguesia de Fontes
- 28 Freguesia de Martinchel
- 29 Freguesia de Mouriscas
- 30 Freguesia do Pego
- 31 Freguesia de Rio Moinhos
- 32 União de Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
- 33 União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós
- 34 Freguesia do Tramagal